

Revista




DaCultura

Ano XXI – Nº 39 – Dezembro de 2022 – ISSN 1984-3690



*Homenagem Especial ao
General Synésio Scofano Fernandes*



*" Auriverde pendão da minha terra,
que a brisa do Brasil beija e balança,
estandarte que a luz do sol encerra,
e as promessas divinas da esperança"...*

Castro Alves

REVISTA

Diretor

Paulo Roberto Rodrigues Teixeira

Editor

Fundação Cultural Exército Brasileiro

Redator-Chefe

Paulo Roberto Rodrigues Teixeira

Colaboradores

Expedito Alves Lima
Walter Nilton Pina Stoffel

Revisão

Álvaro Luís Sarkis da Silva
Susana de França

Assistentes de redação

Édison Amancio
Francisco Ferreira Machado
Marcos Trajano de Souza

Edição eletrônica

Murillo Machado
M. Esther M. Machado

Impressão

Veloprint Gráfica

Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da revista e do Exército Brasileiro.

A Revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam citadas.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser produzidos em formato A4 (210 x 297), com margens de 2,5cm (usar apenas um lado de cada folha, com letras de 12 pontos e entrelinhamento duplo), acompanhados de uma síntese do currículo e de endereço postal.

Os originais encaminhados à redação não serão devolvidos.

As referências bibliográficas devem ser feitas de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Por imposição de espaço, a redação, sem alterar o sentido e o conteúdo, pode fazer pequenas alterações no texto original.

Fundação Cultural Exército Brasileiro

Palácio Duque de Caxias

Praça Duque de Caxias

Nº 25 - Centro

Ala Marcílio Dias - 5º andar

Rio de Janeiro - RJ

CEP 20221-260

Tel: 21 2519-5352

Fax: 21 2519-5106

E-mail: funceb@funceb.org.br

www.funceb.org.br

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

Distribuição gratuita

Tiragem: 9.000 exemplares

Sumário

01 - Editorial.....

02 - *Presidente da FUNCEB.....*

03 - Entrevista
Flavio Marcus Lancia Barbosa.....

HOMENAGENS PÓSTUMAS

18 - Gen Synésio Scofano Fernandes: A última mensagem
Paulo Roberto Rodrigues Teixeira.....

20 - Meu amigo Synésio
Flavio Correa.....

21 - Adeus à Dra. Beatriz
Flavio Correa.....

24 - Tráfico ilícito de bens culturais: abordagem
sob viés da Gestão de Informação
Leonardo Barreto de Oliveira.....

31 - Brasil 200 Anos
Márcio Tadeu Bettega Bergo.....

40 - O preço da Independência
Juvêncio Saldanha Lemos.....

44 - A invasão russa à Ucrânia
Paulo Roberto da Silva Gomes Filho.....

49 - Forte Alfonso XII
Jose Vicente Valdenebro Garcia.....

AGRADECIMENTOS

Ao Tenente-Coronel Fabiano Simon, Comandante do Centro de Idiomas do Exército, que prontamente respondeu à nossa solicitação, traduzindo o texto em espanhol, pela sua equipe, da reportagem sobre o Forte Alfonso XII.

À 7ª Seção do Comando Militar do Leste, pela qualidade das fotografias, em resposta à nossa solicitação, por intermédio dos fotógrafos, Cabo Francilaine da Silva e do Soldado Matheus Nóbrega de Carvalho, que prontamente executaram o trabalho.

Ao DECEx, pelas imagens fornecidas na reportagem do General de Exército Flávio Marcus Lancia Barbosa, que enriqueceu o belíssimo texto, fotografado pela equipe da Seção de Comunicação Social.

À FHE/Poupex que, mais uma vez, patrocinou a Revista DaCultura, contribuindo para o enriquecimento cultural dos nossos leitores.

“Levanta-te, resplandece, porque já vem a tua luz, e a glória do Senhor vai nascendo sobre ti.”

Isaias 60:1



Nossa Capa:

Homenagem póstuma ao ex-Diretor da Revista DaCultura Gen Synésio Scofano Fernandes



Editorial



Costuma-se dizer que não existem pessoas insubstituíveis. Lançando dúvidas sobre tais dizeres, muito refleti a esse respeito, ao escrever o presente Editorial, ainda sob efeitos de grande consternação pela partida do General de Divisão Synésio Scofano Fernandes, nosso saudoso integrante do Conselho de Curadores e um dos grandes idealizadores da criação da FUNCEB, Diretor da Revista DaCultura e autor de todos os editoriais dos números antecedentes, convocado por Deus para o Reino Celestial em 9 de setembro último.

O Gen Synésio deixou orientada e praticamente pronta a Revista de número 39, última de sua lavra, de conteúdo criteriosamente pensado e selecionado, obtendo, como sempre estabelecia por objetivo, superação em relação aos padrões das revistas anteriores. Ao atender o honroso convite para escrever o presente Editorial, assumi uma grande responsabilidade, com a certeza de que, por maior que seja o meu esforço, daqueles elevados padrões estarei, ainda, muito distante.

Para início de leitura, esta Revista DaCultura oferece artigo de autoria do Dr. Carlos Monteiro, Presidente da FUNCEB. Reportando-se ao término das comemorações do Bicentenário da Independência, provoca reflexão a respeito dos variados problemas nacionais e suas reações, tanto internas quanto externas, ressalta a pujança e as múltiplas riquezas do nosso País, bem como evidencia a necessidade de ações para, efetivamente, construir-se a independência econômica e social do Brasil.

Em esclarecedora entrevista, o Gen Ex Flavio Marcus Lancia Barbosa, Chefe do Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX) desde 12 de maio de 2022, apresenta importantes informações a respeito desse complexo Departamento, pontuando suas atribuições, desafios e perspectivas como órgão central do Sistema de Educação e Cultura do Exército (SECEX), bem como destacando aspectos de suas Diretorias e Centro subordinados.

Dentre as muitas homenagens dedicadas ao Gen Div Synésio, o Coronel Paulo Roberto Rodrigues Teixeira, Redator-Chefe da Revista DaCultura desde seu primeiro número, apresenta breve texto que evidencia a criatividade, a meticulosidade, a dedicação e o comprometimento do inesquecível General, com todas as edições deste seletivo veículo de comunicação, desde a sua criação no ano de 2001 até o presente número.

Em sequência e também como justa referência, torna-se público o texto de autoria do Dr. Flavio Correa, Presidente do Conselho de Curadores da FUNCEB e um dos seus pioneiros, com sobejas demonstrações de consideração e de uma grande amizade, que se fortaleceu a cada dia, por mais de duas décadas, com o Gen Div Synésio.

Por dever de justiça e lamentando com profundo pesar, também por intermédio do Dr. Flavio Correa, representando todos os membros dos Conselhos, da Presidên-

cia, das Diretorias e demais integrantes da FUNCEB, rende-se homenagem póstuma à Dra Beatriz Mendes Gonçalves Pimenta Camargo. Falecida em 30 de setembro do corrente ano, a insigne Empresária dedicou por muitos anos atenção e apoio à Fundação, tendo inclusive presidido o Conselho Técnico Consultivo, por dois mandatos distintos.

Em prosseguimento, artigo de autoria do Dr. Leonardo Barreto de Oliveira, Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), discorre a respeito da problemática do tráfico ilícito de bens culturais, numa abordagem sob o viés da Gestão da Informação, seus marcos legais e a necessidade de aprimoramento das estruturas governamentais para propiciar a proteção, o controle e o gerenciamento desse valioso patrimônio nacional.

Com invulgar didática e seleta metodologia, o Gen Bda Márcio Tadeu Bettega Bergo, Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB), enriquece a presente Revista com artigo alusivo aos 200 anos da Independência do Brasil. Destaca, de forma abrangente e com rico conteúdo, importantes momentos de nossa história, desde os antecedentes do “achamento” até o alvorecer pós-República, tecendo, por fim, considerações atinentes aos variados problemas e às perspectivas do Brasil de 2022.

Ainda na temática do bicentenário da Independência do Brasil, segue artigo de autoria do Cel Juvêncio Saldanha Lemos, advogado, historiador e escritor. Reúne aspectos interessantes da situação econômico-financeira e do relacionamento comercial do País, antecedentes e subsequentes à ruptura com Portugal, fazendo ao final menção à dívida decorrente do reconhecimento da nossa Independência, cujo pagamento o Império Brasileiro viu-se obrigado a assumir.

Com abordagem precisa e objetiva, o Cel Paulo Roberto da Silva Gomes Filho, Especialista em História Militar, discorre sobre a invasão russa à Ucrânia, ressaltando aspectos do cenário internacional e regional antecedentes e do decorrer do conflito, das operações militares, do resultado final, ainda incerto, mas que seguramente impactará sobremaneira o equilíbrio e a ordem internacionais.

Primoroso artigo de autoria do Dr. Jose Vicente Valdenebro Garcia, arquiteto e professor do Departamento de Engenharia da Universidade Pública de Navarra, finaliza esta Revista, com interessantes informações a respeito de imponente obra da engenharia militar espanhola de outrora, o Fuerte Alfonso XII, construído a partir de 1878 nos arredores da cidade de Pamplona, tido como a fortificação mais importante e tecnologicamente avançada do seu gênero, na Espanha.

Por aqui encerro o presente Editorial, consciente do quanto estou distanciado dos elevados padrões dos anteriores, tão cuidadosamente elaborados pelo saudoso Gen Div Synésio.

Boa leitura!

Expedito Alves de Lima
Vice-Presidente da FUNCEB



DEPOIS DAS COMEMORAÇÕES, AS AÇÕES

Carlos Monteiro
Presidente da FUNCEB

Passadas as comemorações pelo bicentenário da Independência, quando assistimos às manifestações de patriotismo e ao resgate da Bandeira brasileira, é hora de começarmos a discutir os problemas nacionais, com vistas a garantirmos a soberania e o progresso do Brasil para as futuras gerações.

Do ponto de vista geopolítico, os desafios são bastante sérios, pois o país tem a imensa área da Amazônia Verde, com mais de 5 milhões de km², em um território de 8,5 milhões de km², e ainda a Amazônia Azul, com seus 7,4 km de litoral, que se estende mar adentro por mais de 4 milhões de km².

A Amazônia Verde já teve sua soberania contestada por potências externas que, agora, mudaram de estratégia, procurando impedir o desenvolvimento da região, sob pretextos de proteção ambiental ou dos indígenas, no que contam com apoio de muitos brasileiros. Na verdade, muitos países temem a concorrência dos produtos brasileiros ou têm outros interesses e, por isso, procuram criar obstáculos a algumas atividades econômicas regionais.

O desafio na Amazônia Verde não é apenas proteger sua integridade, com suas

imensas fronteiras, no geral em regiões distantes e de difícil acesso, o que facilita atividades ilegais, como o contrabando e o tráfico de drogas. A ajuda humanitária a refugiados, como a Operação Acolhida aos venezuelanos e apoio às populações ribeirinhas, torna a presença militar indispensável nessa área. O maior desafio, contudo, é o de promover o desenvolvimento para atender a uma população de mais de 20 milhões de brasileiros.

A boa notícia é que a Amazônia Verde possui recursos naturais da flora e da fauna que podem ser convertidos em produtos, inclusive exportáveis, além da abundância de minerais diversos, que, se explorados racionalmente, representam grande riqueza.

O Brasil possui ainda 12% das superfícies de água doce do mundo, destes 70% na Amazônia Verde. Além disso, a maior parte dos 27 aquíferos se encontra na região, inclusive ALTER DO CHÃO, considerado o de maior volume de água do mundo. Diversos estudos mostram que o problema da água potável será um dos maiores desafios em futuro não distante, tanto para a agricultura e pecuária, como para consumo humano, que poderá inclusive levar a conflitos.

A Amazônia Verde tem, e terá, relevante papel para o futuro do Brasil, mas exige um Projeto Integrado de Desenvolvimento capaz de transformar recursos em riquezas e atender às necessidades de sua população, sem ignorar sua grande contribuição para o Meio Ambiente e para o mundo.

Outra grande riqueza do Brasil, mas que também apresenta muitos desafios, é a chamada Amazônia Azul. O Brasil possui 7,4 km de litoral, que somados ao Mar Territorial, à Zona Econômica Exclusiva e à Plataforma Continental atingem a mais de 4 milhões de km². Nessa área, considerada a “Última Fronteira”, encontram-se as maiores reservas de petróleo e gás do país, inclusive o Pré-Sal, além de inúmeros minerais.

Para se ter ideia da importância que os metais não ferrosos estão assumindo, basta considerar que os carros elétricos desenvolvidos em ritmo acelerado no mundo vão depender de minerais como o lítio, níquel, cobre, estanho e outros, o que abre novas perspectivas para a exploração tanto da Amazônia Verde, como da Amazônia Azul, para tornar o Brasil um exportador ainda mais importante desses produtos.

Cabe destacar, ainda, que já está começando a transformação do mar em polo produtor da energia eólica e, numa segunda fase, de produtor de “hidrogênio verde”, utilizando a energia e a água do mar.

Afora as riquezas da Amazônia Verde e da Amazônia Azul, o Brasil já é hoje o “celeiro do mundo”, com nosso Agronegócio, sem necessidade de desmatar, com a ocupação da imensa área degradada disponível, respeitando o meio ambiente.

O que se espera, contudo, é o país deixar de ser exportador apenas de produtos primários e desenvolver a indústria de transformação a fim de aumentar o valor adicionado das vendas para o exterior.

Para isso, no entanto, será preciso investir em pesquisa e tecnologia e, sobretudo, em educação, desde a base até à formação profissional.

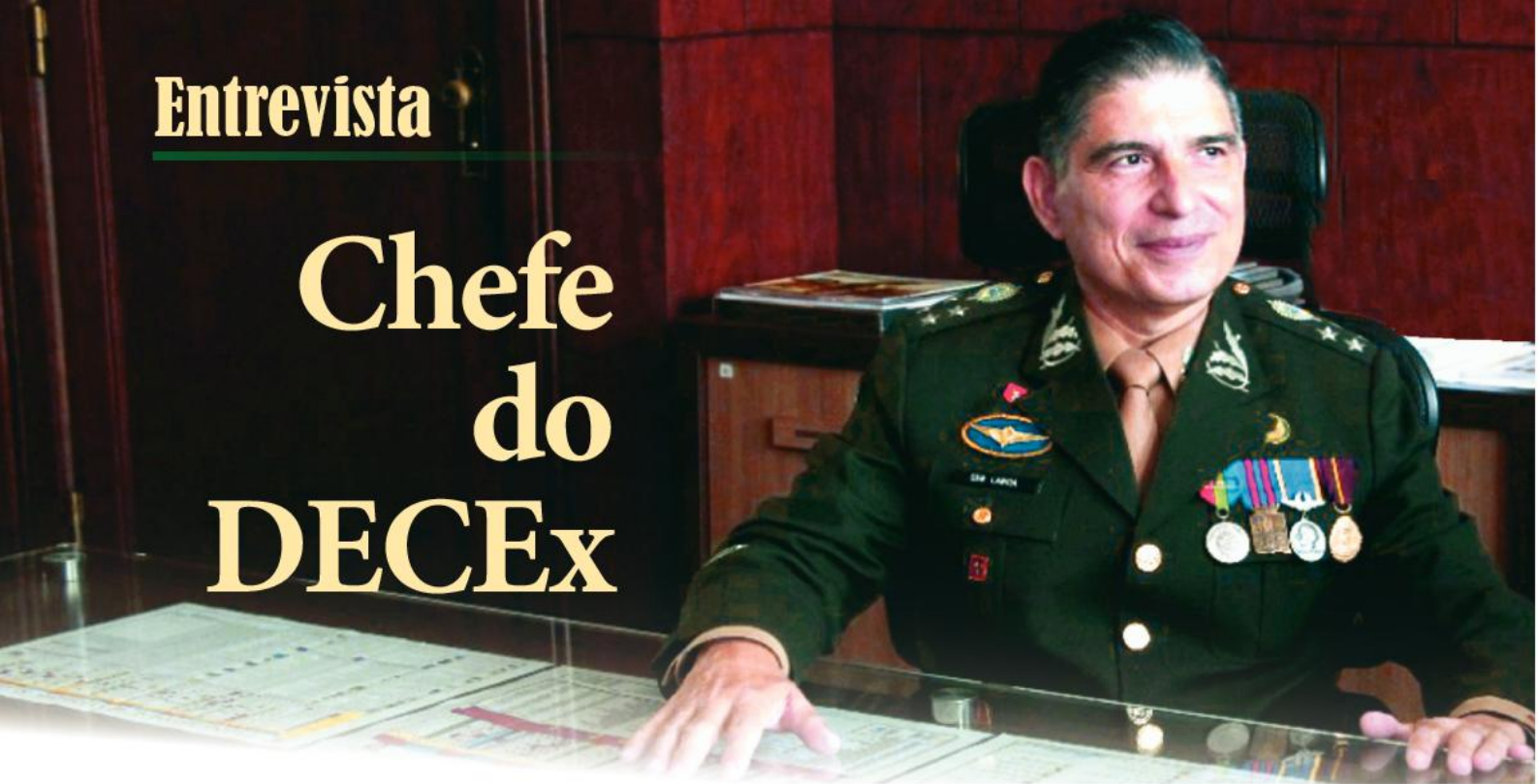
Todas essas oportunidades podem se tornar em realidades, não apenas para o Brasil crescer a taxas elevadas para recuperar o tempo perdido, mas, notadamente, gerar recursos com o intuito de erradicar a pobreza e distribuir mais equitativamente os frutos do desenvolvimento.

Vamos construir a independência econômica e social do Brasil e colocá-lo como um grande protagonista no cenário mundial.

Dr. Carlos Monteiro

Respeitado empresário do Estado de São Paulo, Sócio - Diretor da Multihab Engenharia, com formação na área de Engenharia Civil pela Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP). Sua passagem pelo Exército Brasileiro ocorreu no ano de 1967, quando cursou o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), e 1968, quando realizou estágio em Pirassununga, no 17º Regimento de Cavalaria - Regimento Solón Ribeiro, chegando ao posto de 2º Tenente da Arma de Cavalaria. Qualificado como Membro Honorário da Força Aérea Brasileira, foi agraciado com a Ordem do Mérito Aeronáutico (Grau Oficial) e também com a Medalha Santos Dumont. Diplomado como Amigo da Marinha, é também Colaborador Emérito do Exército, tendo recebido em 2015 a Medalha do Pacificador. Além de ocupar o cargo de Presidente da FUNCEB, o Dr. Carlos Monteiro participa de diversas associações espalhadas por todo o Brasil, como a Associação Comercial de São Paulo (ACSP), onde atua como Vice-Presidente, o Departamento de Micro e Pequena Empresa (DEMPE) da FIESP, onde exerce a função de Diretor, e a SEBRAE, onde, de 2000 a 2005, foi Diretor Técnico.

Chefe do DECEX



Flávio Marcus Lancia Barbosa

O General de Exército Flávio Marcus Lancia Barbosa é natural da cidade de Campinas, onde nasceu no dia 28 de fevereiro de 1964. Foi declarado aspirante a oficial da Arma de Artilharia em 15 de dezembro de 1984 e promovido ao posto atual em 31 de março de 2022.

Como oficial subalterno e capitão realizou os seguintes Cursos: Observador Aéreo; Reconhecimento Visual da Força Aérea Brasileira; e o Curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), onde se tornou Mestre em Operações Militares.

Como oficial superior, também realizou o Curso de Comando e Estado (CCEM) na ECEME, obtendo o título de Doutor em Ciências Militares.

No exterior, frequentou os Cursos de Estudos de Defesa e Estratégia na Universidade de Defesa Nacional do Exército da República Popular da China e o Estágio de Instrutor na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército dos Estados Unidos da América.

Foi instrutor da Escola de Instrução Especializada (EsIE), da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME); e, no exterior, do Instituto do Hemisfério Ocidental para Cooperação e Segurança do Exército dos Estados Unidos da América e Observador Militar da Organização das Nações Unidas na Força de Proteção das Nações Unidas na Ex-Iugoslávia (UNAVEM).

Foi condecorado com a Medalha da Ordem do Mérito da Defesa – Grande-Oficial, Medalha da Ordem do Mérito Militar – Grã-Cruz, Medalha da Ordem do Mérito Naval – Grande-Oficial, Medalha da Ordem do Mérito Aeronáutico – Grande-Oficial, Medalha da Ordem do Mérito Judiciário Militar – Alta Distinção, Medalha Militar de Ouro com Passador de Platina, Medalha Exército Brasileiro, Medalha Tributo à Força Expedicionária Brasileira, Medalha Marechal Osório – O Legendário, Medalha do Pacificador; Medalha do Mérito Blindado, Medalha Marechal Trompowsky e Medalha Corpo de Tropa Bronze.

Possui, ainda, as seguintes condecorações internacionais: Medalha das Nações Unidas-UNPROFOR e Medalha de Serviços Meritórios dos Estados Unidos da América.

É casado com a Sr^a Maurelisa e possui duas filhas: Maria Sarah e Maria Betina.

Como o Senhor define o Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX) nos dias de hoje?

O DECEX, Órgão de Direção Setorial do Comando do Exército, tem por missão planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades relativas à educação, à cultura, à capacitação física, aos desportos e à pesquisa científica nas áreas de defesa, ciências militares, doutrina e pessoal, excluídas as atividades de ensino voltadas para a Instrução Militar e para a Ciência e Tecnologia.

É responsável pela educação nas linhas de ensino militar bélico, de saúde e complementar.

O DECEX é o órgão central do Sistema de Educação e Cultura do Exército (SECEX), composto por 50 organizações militares diretamente subordinadas e 98 vinculadas, sediadas nas mais diversas regiões do País, divididas em cinco órgãos de assessoramento setoriais: Diretoria de Educação Superior Militar (DESMil), Diretoria de Educação Técnica Militar (DETMil), Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial (DEPA), Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEX) e Centro de Capacitação Física do Exército (CCFEx), possuindo, em seu corpo permanente, da ordem de 13.500

integrantes (oficiais, praças e servidores civis).

O SECEX tem como propósito maior a formação e a capacitação profissional dos recursos humanos do Exército Brasileiro, atuando no desenvolvimento de competências, habilidades, atitudes, valores e liderança militar, contribuindo com a obtenção e a manutenção da capacidade da Força Terrestre no cumprimento de sua missão constitucional, nas mais diversas áreas do conhecimento e no mais amplo espectro de operações, dentro e fora do território nacional.

O Exército Brasileiro, por intermédio do SECEX, promove a educação continuada de seus integrantes, conduzindo o itinerário formativo composto dos cursos de Formação; Graduação; Especialização e Extensão; Aperfeiçoamento; Altos Estudos de Defesa; de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército, dentre outros, com a finalidade de habilitá-los a ocuparem os mais variados cargos na estrutura organizacional da Instituição. Neste mister, o SECEX conduz 381 cursos e estágios, atingindo cerca de 28 mil alunos, anualmente, incluindo oficiais, praças, cadetes e civis.

O DECEX também atua no desenvolvimento de atividades culturais, na preservação do patrimônio histórico material



e imaterial, na capacitação física e no desporto militar, tudo orientado à capacitação do profissional militar e ao fortalecimento da coesão e do espírito de corpo da Instituição.

Ainda, é responsável pela gestão do Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB), cuja missão principal está relacionada ao apoio à família militar, mas que, também, atua como importante elo com a sociedade.

Em suma, o DECEX atua, permanentemente, na Divulgação e Preservação dos Valores, da Cultura e das Tradições militares, incluindo o estudo da História Militar, e na Capacitação do Profissional Militar, capaz de superar desafios e de liderar suas frações no cumprimento da missão, em qualquer cenário que se apresente, mesmo os imprevisíveis, sejam em operações conjuntas, combinadas, interações ou multinacionais.

Como o Senhor vê a formação e graduação dos oficiais e sargentos de carreira do Exército Brasileiro?

A formação e graduação de nossos militares de carreira estão plenamente alinhadas com os desafios globais da atualidade, atendendo de maneira efetiva as necessidades de preenchimento de cargos e a continuidade do fluxo de carreira e tem como características as bases da formação militar, os valores castrenses, a Ética Profissional Militar, a Hierarquia e a Disciplina.



Entrada de novos alunos na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEX)

Os Estabelecimentos de Ensino do SECEX têm como missão prioritária a preparação dos seus quadros para cumprir missões variadas e complexas num mundo em constante evolução. Para isso, os nossos perfis, currículos e planos são constantemente avaliados e atualizados, contribuindo para a eficiência operacional e a capacitação do Exército Brasileiro.

A formação combina Disciplinas Profissionais Militares com Disciplinas Acadêmicas e o Treinamento Físico-Militar, em regime de internato, proporcionando a imersão do aluno no contexto educacional. Dentre as disciplinas acadêmicas, destacam-se as relacionadas às ciências exatas (voltadas ao raciocínio lógico), ciências humanas e o estudo dos idiomas inglês e espanhol. No caso dos sargentos, destacam-se as disciplinas de matemática, português, história e inglês.

As escolas militares de formação e graduação, aperfeiçoamento e altos estudos, especialização e extensão possuem um corpo docente (instrutores e professores) altamente qualificado e selecionado, incluindo mestres e doutores. Os instrutores e monitores são selecionados, criteriosamente, com base no mérito militar e no conjunto de habilidades e competências evidenciadas ao longo da carreira. Além de disporem dos conhecimentos profissionais necessários ao ensino, possuem atributos e atitudes que os fazem exemplos para os cadetes/alunos.

A formação e graduação dos militares de carreira combina:

- o ensino por competências (técnico-profissional);
- a promoção da pesquisa, voltada, principalmente, ao desenvolvimento da capacidade de integrar diversas fontes de conhecimento na busca de soluções para os mais variados desafios; e
- o desenvolvimento da liderança, dos valores e da ética militares.

Desta forma, além das instruções/aulas, os estabelecimentos de ensino atuam na interiorização de valores militares que são muito caros à Instituição, como Patriotismo, Civismo, Fé na Missão do Exército Brasileiro, Amor à Profissão das Armas, Aprimo-



Entrega de espadim na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)



Aula no Instituto Militar de Engenharia (IME)



Entrega de Sabres na Escola de Sargentos de Logística (Es S Log)



Cadetes da AMAN sexo feminino

ramento Técnico-Profissional, Coragem e Espírito de Corpo, entre outros.

Importante destacar a importância do currículo oculto no desenvolvimento desses valores e atitudes (cumprimento do horário, apresentação individual, limpeza dos ambientes etc.)

No que tange à formação e graduação dos oficiais de carreira da linha de ensino militar bélico, ela é conduzida pela Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsP-CEx), o 1º ano da formação, e pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), do 2º ao 5º anos, com a expressiva carga horária aproximada de 7200 h. A AMAN entrega ao Exército Brasileiro cerca de 440 novos oficiais, anualmente.

Os oficiais de carreira das linhas de ensino de saúde e complementar são forma-

dos na Escola de Formação Complementar do Exército (ESFCEEx), após um ano de curso.

A Formação dos oficiais da linha de ensino científico-tecnológico, isto é, os oficiais do Quadro de Engenheiros Militares, é conduzida pelo Instituto Militar de Engenharia (IME), estabelecimento de ensino subordinado ao Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT).

No que tange à formação e graduação dos sargentos de carreira, ela é conduzida por três estabelecimentos de ensino: a Escola de Sargentos das Armas (ESA), que forma os Sargentos Combatentes, a Escola de Sargentos de Logística (EsSLog), que forma os Sargentos de Qualificações Militares Técnicas, e o Centro de Instrução de Aviação do Exército (CIAvEx) que forma os Sargentos de Manutenção de

Aviação, perfazendo um total de 1.000 novos sargentos formados, anualmente.

A formação do Sargento é superior no nível tecnológico, sendo que 70% da carga horária está destinada ao ensino militar.

Apesar do incremento da formação tecnológica, o foco na formação continua sendo na qualificação do Sargento para atuar em conflitos (guerra), ou seja, são preparados para ficarem em condições de serem empregados em operações nos Corpos de Tropa.

A formação/graduação é conduzida no modelo do ensino por competências, sempre contextualizada com situações táticas e de maneira interdisciplinar.

O DECEEx vem dando muita ênfase ao Programa de Pós-Graduação (PPG) nas escolas militares. O senhor pode falar sobre os esforços atuais nessa área?

Atualmente, alguns estabelecimentos de ensino do DECEEx vêm aprimorando e aperfeiçoando os seus cursos de pós-graduação lato sensu stricto sensu, permitindo aos militares de carreira realizar a pós-graduação em instituições de ensino de qualidade e com conteúdos que atendam à evolução doutrinária das Forças Armadas.

Destacam-se os programas de pós-graduação conduzidos:

- na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), para os oficiais intermediários;



Centro de Instrução de Aviação do Exército
Acervo: CIAvEx



Instituto Meira Mattos



Escola de Sargentos das Armas Acervo: EsSA

- no Centro de Estudos de Pessoal (CEP); e

- na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), por meio do Instituto Meira Mattos, que realiza apreciações de alto nível sobre questões políticas e estratégicas e possui em seus quadros profissionais civis e militares de altíssimo gabarito do meio acadêmico.

A pós-graduação nas escolas militares mantém o enfoque na capacitação e preparação dos discentes para os desafios militares atuais e futuros, em contextos de guerra e não guerra.

Ressalta-se, ainda, que os temas das pesquisas são orientados aos interesses da Força e alinhados ao Plano Estratégico do Exército.

Quais os projetos mais importantes conduzidos pelo DECEX na atualidade?

Os principais projetos conduzidos pelo DECEX estão inseridos no Programa Estratégico do Exército Sistema de Educação, Cultura e Desportos (PENEC), integrante do Portfólio Estratégico do Exército, abaixo listados:

a. Subprograma Escola de Sargentos do Exército, com a principal finalidade de centralizar a formação e a graduação de sargentos em um estabelecimento de ensino, cuja sede será em Recife-PE. Será uma iniciativa estratégica de referência, especialmente quanto à adoção das melhores práticas de sustentabilidade do meio ambiente e contando com estudos e pesquisas de diversas universidades e instituições.

b. Projeto Marechal José Pessoa, com as principais finalidades de modernizar a estrutura organizacional da AMAN e de revitalizar a infraestrutura física daquele estabelecimento de ensino.

c. Projetos de implantação de colégios militares, em Belém, São Paulo e na Vila Militar do Rio de Janeiro.

d. Projeto de ampliação do Colégio Militar de Brasília.

e. Projeto Sérgio Vieira de Mello, com a finalidade de revitalizar a infraestrutura física do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB).

f. Projeto de implantação do Museu Nacional do Exército Brasileiro.

A Lei de Ensino do Exército prevê a condução da educação básica por meio dos Colégios Militares. Como está o Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB)?

O SCMB está consolidado e tem mais de 130 anos de história.

O SCMB faz parte do Sistema de Educação e Cultura do Exército e tem como finalidades educar os jovens segundo os valores, costumes e as tradições do Exército Brasileiro e estimulá-los para as carreiras militares.

O Sistema foi idealizado para apoiar a família militar, tendo como pilares o ensino preparatório e assistencial.

O SCMB segue os parâmetros curriculares nacionais, as diretrizes curriculares, a Lei do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sempre pautadas no Projeto Pedagógico do SCMB.

O currículo do SCMB é adequado ao normativo curricular nacional, participando do Educacenso e das avaliações de larga escala conduzidas pelo MEC/INEP.

O SCMB é projetado para um cenário de vanguarda educacional e na busca de uma educação básica de excelência, alcançando resultados expressivos nos mais diversos instrumentos de avaliação nacional da qualidade do ensino fundamental e médio.



Feira de Ciências no Colégio Militar de Santa Maria (CMSM)



Colégio Militar de Brasília Acervo: FAB (Força Aérea Brasileira)

Dessa forma, o SCMB vem implementando estratégias e ações para minimizar os efeitos da pandemia na aprendizagem de seu corpo discente, sempre fundamentado nos valores, nos costumes e nas tradições do Exército Brasileiro, sua Instituição Mantenedora.

O SCMB possui 14 colégios militares, mais um em implantação, atingindo mais de 15 mil alunos, considerando os matriculados no ensino a distância.

O SECEX está pronto para enfrentar os desafios da Era do Conhecimento?

Seguindo diretriz do Comandante do Exército, o DECEX atua na capacitação dos militares do EB para os desafios da Era do Conhecimento, por intermédio de cursos e estágios atualizados, conduzidos com técnicas de ensino modernas e ampliando a utilização da modalidade de Ensino a Distância.

O SECEX é um vetor de inovação e tem se preocupado em se manter no Estado da Arte no que tange à Arte da Guerra e aos aspectos pedagógicos.

Implantou o ensino por competências que objetiva capacitar os recursos humanos para enfrentarem desafios incertos, em cenários de guerra e não guerra, com iniciativa,

autonomia e pensamento crítico e reflexivo. Baseia-se na solução de problemas reais durante o processo ensino-aprendizagem, de forma a que o discente construa um repertório de esquemas de pensamento e ação que poderá ser mobilizado no momento oportuno.

No aspecto inovação, tem investido na introdução da educação mediada por tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) para potencializar o ensino presencial e a educação a distância.

O SECEX envida esforços para manter sempre atualizados os seus conteúdos curriculares, visando à capacitação continuada do profissional militar da atualidade e do futuro, que deverá ser criativo, colaborativo, autônomo, flexível, atuante, participativo, proativo, consciente, responsável, ético etc.

O SECEX realiza diagnósticos, permanentemente, visando implementar novas estratégias, iniciativas e tecnologias voltadas à capacitação do profissional militar, capaz de enfrentar os desafios da guerra atual e do futuro, para a qual muitas tecnologias ainda estão em processo de concepção, demandando do militar do século XXI alto grau de flexibilidade e capacidade de autoaperfeiçoamento.

Cabe destacar que essa evolução começa no cérebro do militar, envolve sua capacidade de análise e de comunicação. Nesse viés, o



Fachada do Centro de Educação a Distância do Exército (CEADEx)

ampliar a presença internacional da Instituição, aprofundando a capacidade de operação em missões sob a égide da ONU ou de outros organismos multilaterais, em consonância com os princípios e as prioridades da política externa e de defesa do Brasil.

É necessário enfatizar que a capacitação técnica do militar jamais deve prescindir do culto aos valores e às tradições que possibilitaram a construção de um Exército vitorioso e respeitado. Os herdeiros de Caxias devem abraçar a modernidade, sem descuidar dos aspectos que substanciam a ética militar.

Quais avanços recentes na área da Educação Militar?

Na área da Educação Militar houve um avanço muito significativo, impulsionado pelo Processo de Transformação do Exército. Esse Processo exigiu do setor Educação e Cultura um esforço de planejamento de grande projeção, muito alinhado à Política Nacional de Defesa e às Ciências Pedagógicas aplicadas ao ensino militar.

Alguns recentes avanços podem ser elencados:

- a abordagem do ensino por competência, a fim de responder às exigências de um perfil profissional do futuro;
- investimento em tecnologias da educação para mediar um processo de aprendizagem dos jovens;
- racionalização de cursos e estágios para fazer frente à otimização dos processos organizacionais;
- fortalecimento da educação a distância e do ensino de idiomas mais adequados ao projeto educativo do Exército Brasileiro;
- o incremento do estudo de idiomas nos estabelecimentos de ensino de formação



Alunos do terceiro ano do ensino médio e do sétimo ano do ensino fundamental, na cidade de Washington, nos EUA. Na foto, seriedade nos estudos, cumprindo as orientações do programa Educação a Distância

Projeto Mário Travassos, desenvolvido em todas as escolas, estimula a produção escrita de docentes e discentes, desenvolvendo seu pensamento crítico, seu raciocínio lógico e sua habilidade de expressão.

Ainda neste contexto, o SECEX está atento às diretrizes do Comando do Exército de contribuir com a manutenção de tropas aptas a operar em ambiente multinacional e em condições de atender a possíveis demandas para contribuir com a paz mundial e



Fachada do Centro de Idiomas do Exército (CIdEx)



Portal Educação

e graduação, visando preparar o profissional militar para atuar em um ambiente internacional;

- o incremento da pesquisa como ferramenta de ensino e desenvolvimento de capacidades;

- a sistematização do ensino da Liderança Militar em todos os níveis da educação militar;

- a elevação dos cursos de formação de sargentos ao nível de graduação tecnológica; e

- inserção do sexo feminino na AMAN (Cursos de Material Bélico e de Intendência) e em todos os cursos logísticos da EsSLog.

Quais as principais lições aprendidas pelo DECEX durante a pandemia e a Guerra na Europa?

a. Crise sanitária – Pandemia do coronavírus:

No que tange à emergência sanitária da COVID-19, o principal aprendizado foi o emprego, em larga escala, dos princípios da adaptabilidade, flexibilidade e a superação. Durante os períodos de

pico da pandemia, o pensamento imperativo do Sistema de Educação foi a continuidade dos cursos com o mínimo de prejuízo e a máxima segurança sanitária.

Todos os cursos e estágios foram preservados e funcionaram normalmente, ainda que adotando em larga escala o ensino a distância ou o ensino híbrido. O mesmo se aplica às aulas no âmbito do SCMB. Foi uma grande conquista do SECEX, assim como proporcionou um enorme aprendizado.

Para cumprir esse objetivo, o DECEX contou com eficientes ferramentas de educação a distância, a exemplo do Portal de Educação do Exército e o Ambiente Virtual de Aprendizagem, que passaram por uma rápida adequação ao elevado volume e à demanda do período, nos proporcionando ricos ensinamentos. Empregaram-se, em larga escala, as tecnologias da educação, as plataformas virtuais de aprendizagem, metodologias ativas para o engajamento dos alunos, capacitação dos docentes etc. Cabe ressaltar que essas ações já eram tratadas em nosso planejamento educacional.

Além disso, o controle diário da situação sanitária dos recursos humanos e as medidas preventivas e de controle da pandemia, para



Vacinação contra a Influenza no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Belo Horizonte (CPOR/BH)

as atividades presenciais, proporcionaram o ambiente seguro e estável para o cumprimento dos objetivos propostos pelas escolas, trazendo lições significativas de novos modelos híbridos de ensino-aprendizagem.

Outrossim, o trabalho eficiente dos profissionais, nos diversos estabelecimentos de ensino, permitiu ambientes controlados e protegidos, onde todas as medidas de preservação e de isolamento foram facilitadas.

Nesse contexto, todo o efetivo das escolas pôde acessar as vacinas; os eventuais infectados pelo vírus tiveram um ambiente adequado para a sua reabilitação; acesso facilitado a postos de saúde e hospitais militares muito bem equipados; utilização de equipamentos de proteção individual, entre tantos outros, servindo de referência, inclusive, para as instituições civis de ensino.

A primeira grande lição aprendida é que o desenvolvimento da Educação Militar está condicionado à sua qualidade e à capacidade de se planejar um sistema de educação e cultura para se ajustar às demandas e situações impostas. A situação de emergência só fez com que se acelerasse o nosso planejamento.

Fica o legado do ensino híbrido, da importância de se manterem os ambientes virtuais como estratégias metodológicas para que os alunos desenvolvam a autonomia da aprendizagem.

Cabe destacar, ainda, a importância das atividades extraclasse oferecidas pelos Colégios Militares (desportivas, culturais e na área das ciências) para o desenvolvimento das aptidões socioafetivas e emocionais dos nossos alunos, no período pós-pandemia.

b. Guerra Ucrânia-Rússia:

Com relação à guerra na Europa, a principal lição que já se pode colher, mesmo sem previsão do término, é a importância de todos os Sistemas Operacionais no Teatro de Operações.

Como amplamente comentado pelos analistas nacionais e internacionais, a Guerra fortaleceu a inequívoca importância do emprego maciço e diversificado do apoio de fogo; a necessidade de se dispor de uma defesa

antiaérea eficaz; e o indispensável e vital apoio logístico, especialmente no nível estratégico.

Ademais, não há a menor dúvida que os aprendizados e a prática das Operações de Garantia da Lei e da Ordem, Subsidiárias, Interagências, Pacificação, entre outras, são de suma importância para as Forças Armadas. Entretanto, o estudo, o preparo e o adiestramento das tropas para a guerra regular e convencional, bem como para a missão precípua de Defesa da Pátria, devem ser valorizados em qualquer tempo e em qualquer contexto. Essa é a essência da nossa missão e é para isso que existimos.

E a área do desporto? Como está o Centro de Capacitação Física do Exército (CCFEx)?

O CCFEx, composto pela Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), pelo Instituto de Pesquisa da Capacitação Física do Exército (IPCFEx), pela Escola de Equitação do Exército (EsEqEx) e pela Comissão de Desportos do Exército (CDE), coordena, supervisiona e promove, em todo o Exército, ações na saúde, no desenvolvimento da operacionalidade, na condução do desporto militar e em todas as linhas de pesquisa da capacitação física, além de termos uma importante missão na administração do Legado Olímpico, tudo com a finalidade de atender às necessidades do Exército.

O CCFEx contribui, sobremaneira, para a educação e formação militar, a prática da Educação Física e dos Desportos, promove o desenvolvimento de valores como: estratégia, tática, disciplina, coesão, camaradagem, superação e determinação, fundamentais para o exercício da atividade militar.

O CCFEx atua na promoção da melhoria da higidez física, da educação, do moral, do espírito de sacrifício, tudo com o objetivo de deixar o combatente pronto para o combate, ou seja, é a gestão integrada do treinamento físico para a saúde e a operacionalidade.

O Centro é responsável pela atualização da Diretriz que trata da avaliação física do profissional militar, visando à melhoria do



Centro de Capacitação Física do Exército Acervo:CCFEx

desempenho físico dos militares, bem como da condição de saúde.

Encontra-se em implantação novo Teste Físico Operacional em tropas integrantes da Força de Prontidão (FORPRON) e que traz seis exercícios que ajudarão na preparação das Organizações Militares operacionais integrantes.

O CCFEx também atua na gestão das instalações do chamado Legado Olímpico, implementando iniciativas para o melhor uso, visando à melhoria da capacitação física e dos desportos no âmbito do Exército Brasileiro, das Forças Armadas e do Brasil.

Na área do Desporto, o CCFEx organiza a Olimpíada do Exército, evento que conta com 13 modalidades, participando mais de 1800 atletas de todos os Comandos Militares de Área.

Na área de pesquisas estamos também no estado da arte com diversas pesquisas importantes, sendo destaque o trabalho com nossas escolas de aperfeiçoamento e altos estudos, em assunto relacionado à síndrome metabólica.

Diante de todo o portfólio de atividades, acreditamos que o CCFEx é um dos centros de excelência que possui nosso Exército, para cuidar do bem mais precioso da Força, que é seu material humano.

Com o escopo de obter bons resultados nos V Jogos Mundiais Militares, realizados na cidade do Rio de Janeiro no ano de 2011,

foi criado um grupo de trabalho para realizar uma análise do programa desenvolvido pelos demais países que se destacavam nos campeonatos militares. Fruto desse estudo, as Forças Armadas lançaram seus Programas de Atletas de Alto Rendimento (PAAR). No Exército Brasileiro, o PAAR foi criado em 2009 e foram incluídos, inicialmente, 129 sargentos técnicos temporários.

O PAAR tem como objetivos: representar o Brasil e o Exército Brasileiro nas competições militares internacionais; motivar e transferir conhecimento; reforçar a imagem da Força no país e no exterior; e contribuir para o desenvolvimento do desporto nacional. O programa tem sido um sucesso desde a sua



Atletas de alto rendimento da Comissão de Desportos do Exército (CDE)



General Freire Gomes, Comandante do Exército, em Seminário em Portugal

criação e, o resultado, melhor que o esperado. Os militares obtiveram excelentes resultados nos Jogos Mundiais Militares em 2011 e 2015, nos Jogos Pan-Americanos em 2011, 2015 e 2019 e nos Jogos Olímpicos de 2012 e 2016.

Atualmente, o Programa conta com 196 (cento e noventa e seis) atletas no serviço ativo do Exército Brasileiro.

Neste ano em que se comemora o Bicentário da Independência do Brasil, como o DECEEx atuou na vertente História e Cultura Militar?

O DECEEx atendeu a essas premissas desenvolvendo várias atividades no campo da cultura e da história, que permitiram:

- lembrar, na sociedade brasileira, a relevância da Independência do Brasil, fato histórico que marcou o início da Nação;
- fortalecer o patriotismo, resgatar o espírito de civilidade, rememorar os fatos históricos e cultuar os vultos e heróis brasileiros;
- divulgar os fatos históricos relacionados com a Independência do Brasil e que completaram ou completarão 200 anos em 2022 e 2023, tanto para o meio civil quanto para o militar, e de apresentar, além do debate historiográfico, a importância dos valores e das tradições, que permeiam essas efemérides e norteiam as ações da Força Terrestre, até os dias atuais.

Principais eventos:

a. Seminário Internacional BRASIL / PORTUGAL comemorativo dos 200 Anos da Independência do Brasil, conduzido pela DPHCEX/ Oficial de Ligação da Área Cultural e Doutrina em Portugal, na cidade de Lisboa/Portugal, no período de 28 a 30 de abril de 2022, com a presença do Comandante do Exército e do Chefe do DECEEx.

b. Seminário Nacional sobre as Guerras da Independência e a participação de JOSE BONIFÁCIO, em SÃO PAULO/SP, no período de 16 a 18 de agosto de 2022, conduzido pela DPHCEX em parceria com o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de São Paulo (CPOR/SP).

c. Seminário Internacional “Brasil - 200 Anos da Independência”, conduzido pela DPHCEX em parceria com o IGHMB, no período de 30 de agosto a 06 de setembro de 2022, no Rio de Janeiro/RJ, com participação de historiadores de Portugal, do Uruguai e do Paraguai.

d. Seminários sobre as Guerras da Independência e a participação da Força Terrestre, em Salvador/BA e Teresina/Picos no Piauí em 2023, a serem conduzidos pela DPHCEX, em parceria com as Universidades Federais da Bahia e do Piauí.

e. Cabe ser destacado que o DECEEx, por meio da DPHCEX, orienta e coordena a gestão de 153 (cento e cinquenta e três) museus, espaços e centros culturais em todo o Exército.

Quais são as suas considerações finais?

Destaco que as escolas e os estabelecimentos de ensino sempre manterão o culto aos valores e às tradições do nosso Exército, a fim de ser um efetivo Sistema de Educação e Cultura, forjando os líderes militares de ontem, de hoje, do amanhã e de sempre.

Parabenizo a Fundação Cultural Exército Brasileiro (FUNCEB) pela excelente parceria com o DECEEx, preservando nossos mais caros valores militares.



Synésio Scofano Fernandes

Paulo Roberto Rodrigues Teixeira
Diretor da Revista DaCultura

A história da Revista DaCultura começa no ano de 2001, na cidade do Rio de Janeiro, quando o General Synésio exercia a função de Diretor de Assuntos Culturais (DAC).

Na época, uma das finalidades da recém-criada Fundação Cultural Exército Brasileiro-FUNCEB, prevista no estatuto, era desenvolver atividades culturais. A Revista DaCultura seria uma delas.

Durante esse longo período, do início até os dias atuais, transmitiu aos leitores, espalhados em todo o território nacional e no exterior, preciosas informações sobre nosso país, nosso Exército e muitos outros assuntos, sempre direcionada no enfoque cultural, sem interferência de qualquer conotação política.

O nome escolhido para a revista foi “DaCultura”. Aproveitou-se a sigla da diretoria, mesclada com a palavra “Cultura”. O tema principal seria os “Fortes e Fortalezas”. Realizaríamos reportagens dos principais fortes espalhados em todo o Brasil.

O resultado surpreendeu. Os leitores elogiavam as reportagens dos “Fortes e Fortalezas”. De imediato, o General Synésio idealizou a elaboração de uma coleção de livros para acolher a riqueza das informações publicadas. Partiu-se para a criação de uma obra mais completa, concluída com a edição de quatro volumes.

O historiador Adler Homero Fonseca de Castro foi convidado para realizar o trabalho. Era o nascimento da coleção “Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro”. Uma grande conquista para a FUNCEB.

As qualidades e virtudes do General Synésio deixaram marco profundo na sua vida, não apenas no Exército, mas também como chefe de família e nas responsabilidades que exerceu em diversas funções na área cultural.

Homem de inteligência privilegiada, detalhista nas revisões dos textos e profundo conhecedor da língua portuguesa, era muito criterioso nos artigos a serem publicados.

Humilde, nunca se vangloriou do sucesso em suas conquistas. Sempre afável, sabia cultivar as amizades. Todos tinham por ele uma consideração muito especial, pela grandeza da sua alma. Deixa um legado precioso para todos nós.

Encerramos deixando a **sua última mensagem**, um presente que recebemos, mostrando a sua personalidade firme e seriedade no cumprimento de uma de suas tarefas mais importantes, ou seja, elaborar a Revista DaCultura para milhares de leitores, durante vinte anos.

Assim se expressou, após conversarmos sobre determinado assunto da edição de nº38:

Das suas palavras de ontem fiquei preocupado com uma possível interpretação do papel que possa ocorrer com a nossa revista.

Em nenhum momento da elaboração de todos os seus números foi cogitado o desempenho político, a favor ou contra qualquer facção.

O que tem movido a nossa vontade são, apenas, os interesses do nosso querido Exército. Não queremos e repelimos quaisquer insinuações contrárias a essa vontade.

Não colocamos o Exército Brasileiro a favor de qualquer facção política. É isso que nos move.



Publicações editadas no decorrer dos 20 anos de sua gestão como Diretor da Revista DaCultura



Meu amigo Synésio

Flavio Correa

Presidente do Conselho de Curadores
da FUNCEB

Confesso ser vítima de forte emoção ao escrever estas linhas em homenagem ao General Synésio Scofano Fernandes, que nos deixou no último dia 9 de setembro. Estimado líder e fonte inesgotável de inspiração, deu-me a honra de privar da sua amizade por 22 anos. Como o tempo passa ligeiro, ligeiro demais. Parece que foi ontem, mas foi no ano 2000 que, graças à “irresponsabilidade” do nosso “marechal” Roberto Dualibi, como carinhosamente o chamamos, fui apresentado ao General Synésio. Ele estava formulando a criação da FUNCEB para receber do Ministério das Comunicações a outorga da Rádio Verde-Oliva de Brasília. Não sei bem por que cargas d’água, talvez pela qualidade da indicação e pela urgência que o caso requeria, General Synésio aceitou meu nome para fazer parte da nova entidade. Foi assim que um reservista de terceira categoria, julgado incapaz para servir o Exército em sua mocidade, transformou-se no primeiro presidente da Fundação Cultural Exército Brasileiro, à qual tem servido por mais de duas décadas. Foi nessa função que comecei a admirar o General Synésio, com quem aprendi tantas lições de civismo e de amor à Pátria.

Sempre me impressionou o vigor com que defendia o EB, cujos valores apregoava e enfatizava em seus escri-

tos quase diários para os seus inúmeros seguidores nas redes sociais.

Verdadeiro pilar da FUNCEB, da qual sempre foi a “alma mater”, General Synésio nos liderou na construção de uma entidade que hoje dignifica o Brasil. A ele nossa eterna gratidão. Oxalá Deus nos dê forças para dar continuidade ao seu trabalho, pelo tempo que nos for possível. Estamos certos de que os nossos sucessores seguirão pelos sólidos princípios nela estabelecidos sob a inquestionável liderança do nosso companheiro Synésio, que nos deixa um legado de determinação, disciplina, resiliência, coragem, integridade, lealdade, justiça e profunda humildade.

Diz o poeta que amigos são flores que Deus planta na gente. General Synésio foi uma das flores que perfumou e embelezou o jardim da minha existência. Não só a minha, pois Synésio foi um grande amigo para muitos de nós.

Jesus disse: “Na casa de meu Pai há muitas moradas”. Tenho certeza de que Ele o acolheu em um lugar especial.

Estou guardando um abraço apertado para quando nos reencontrarmos na Glória do Pai. Enquanto isso, aproveite o merecido descanso, meu querido amigo Synésio, com a certeza de que cumpriu exemplarmente a sua missão na Terra.

Adeus à Doutora Beatriz

Beatriz Mendes Gonçalves Pimenta Camargo, empresária e eminente colecionadora de arte, acaba de nos deixar. Faleceu no último dia 30 de setembro, aos 90 anos de idade. A Fundação Cultural Exército Brasileiro (FUNCEB) e o Brasil estão de luto.



A Dra. Beatriz, como carinhosamente a chamávamos, foi uma grande companheira desde a formação da FUNCEB, tendo emprestado seu enorme prestígio e brilho incomum à nossa nascente instituição, quando aceitou presidir, em 25 de junho de 2000, o seu primeiro Conselho Técnico Consultivo (CTC). Por eu ocupar a função de presidente naquele momento, trabalhamos em estreito contato, lançando as bases da nossa hoje exuberante Fundação, reconhecida nacional e internacionalmente por suas qualidades e realizações. A Dra. Beatriz voltou a comandar o CTC no período de 2008 a 2011.

Nestes 22 anos de vida da FUNCEB, nunca deixamos de ter seu inestimável apoio. Lembro, por exemplo, quando ela recebeu nossa ainda jovem Banda Sinfônica em sua formidável fazenda em Campinas, apresentando nosso incipiente conjunto musical, hoje um dos nossos orgulhos, para um grupo de prestigiosos amigos seus do mundo cultural e empresarial. Foi um evento inesquecível, dentro de um cenário magnífico e grandioso ornado pela maior coleção de arte do tempo do Império que existe no Brasil, coleção de sua propriedade.

Simplemente deslumbrante.

Dra. Beatriz Pimenta Camargo, entre tantas outras conquistas, foi a primeira

mulher a presidir o Museu de Arte de São Paulo (MASP), para cuja função foi eleita aos 81 anos. Integrou várias outras instituições famosas, entre as quais a Fundação Bienal de São Paulo e o MoMA, de Nova Iorque. Em 2002, foi admitida no Corpo de Graduados Especiais da Ordem do Mérito Militar, no grau de Cavaleiro, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso.

Seu acervo artístico, que construiu ao lado do marido, Mario Pimenta Camargo, é uma das mais prodigiosas coleções de arte do país, reunindo 40 aquarelas que pertenceram ao Marquês de Pombal, imagens de anjos de Mestre Valentim, um serviço de porcelana da Companhia das Índias que foi de d. Carlota Joaquina, quadros de Frans Post e Albert Eckhout, esculturas de Aleijadinho, entre 2 mil peças raras.

Ao nos despedirmos dela, com quem tivemos o privilégio de conviver por mais de duas décadas, não podemos deixar de reafirmar nosso profundo pesar por sua ausência física, já que, para nosso conforto, seu espírito continuará sendo nossa permanente fonte de inspiração.

Flavio Correa

Consulte as normas e condições vigentes.
*Material de construção somente para militares
das Forças Armadas e conveniados.



FHE **POUPEX**



Crédito Imobiliário

**Sua casa própria com
as melhores condições**

Juros baixos para construção
e aquisição de imóvel, compra
de terreno e de material de
construção*.

poupex.com.br
0800 061 3040

Tráfico ilícito de bens culturais: abordagem sob o viés Gestão da Informação



Leonardo Barreto de Oliveira

Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

A realização da Convenção sobre as Medidas a serem Adotadas para Impedir a Importação, Exportação e Transferência de Propriedades Ilícitas dos Bens Culturais, aprovada pela XVI Sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura-UNESCO, realizada em Paris, de 12 de outubro a 14 de novembro de 1970, marca um ponto de inflexão no enfrentamento internacional do tráfico ilícito de bens culturais.

De maneira afirmativa, ocorre o reconhecimento, pela maioria dos países membros, que a retirada de bens culturais de seu local de origem, por meio de ação militar, ou decorrente de práticas criminosas de furto, roubo e contrabando, constitui-se em grave perda para os povos aos quais pertencem. Estabeleceram-se, nessa convenção, os primeiros marcos legais, que orientarão os países signatários dos acordos internacionais sobre o assunto, servindo de referência, em grande medida, para implementação de ações e procedimentos internos de defesa dos seus bens culturais.

Essas fundamentais diretrizes foram ratificadas, no Brasil, por meio do Decreto

Legislativo nº 71, de 28 de novembro de 1972, e, posteriormente, por meio do Decreto nº 72.312, de 31 de maio de 1973. A partir do momento em que o Brasil se torna signatário desse acordo, e posteriormente de outros correlatos, os órgãos de Estado especializados na preservação dos bens culturais de nosso País, em específico, no recorte adotado para este artigo, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan incorpora à sua missão a tarefa de cumprir os tratados internacionais, no tocante às deliberações destinadas a coibir o tráfico ilícito dos bens culturais. Importante pontuar que a abrangência dos acordos internacionais tem como delimitação aqueles bens que tenham sido erigidos como revestidos de significado e cancelados como protegidos por cada país, por meio de seus órgãos especializados.

O combate ao tráfico ilícito de bens culturais envolve questões de ordem jurídica, diplomática, de repressão policial, persecução penal, entre outras. Contudo, será abordada em específico a gestão dos dados e informações relativas aos bens culturais protegidos pela União. Esse foco se deveu

ao fato de ser atividade que afeta, intrinsecamente, a autarquia especializada – Iphan, sendo aspecto ainda pouco estudado; e por entender que a eficaz gestão das informações se apresenta como a base, e a chave, para uma atuação mais efetiva na solução do problema do tráfico ilícito.

Durante o desempenho de minhas atribuições profissionais, como servidor público federal lotado no Iphan, pude acompanhar ao longo do tempo as ações de combate ao tráfico ilícito e o esforço institucional voltado a coibir essa prática. Constatei que essa atividade criminosa se constitui em desafio permanente. Os indivíduos ou grupos que se dedicam a tal atividade criminosa sofisticam sua ação e se aparelham tecnologicamente de modo contínuo, buscando brechas e falhas no controle da sociedade e dos órgãos responsáveis, com o intuito de atingir seu objetivo. Portanto, as autarquias e órgãos federais devem, de igual maneira, se empenhar na busca sistemática do aprimoramento de suas práticas, e de procedimentos de controle e gestão dos bens culturais salvaguardados, para se anteciparem a ações lesivas ao patrimônio de nosso país.

As ações que envolvem o combate ao tráfico ilícito de bens culturais são alicerçadas, necessariamente, pelo conhecimento do objeto alvo desse crime, ou seja, o bem cultural. Desse modo, para noticiar que determinado acervo acatelado pela União esteja desaparecido, a autarquia responsável deve deter dados e informações, de modo organizado, acessível e recuperável, que permitam primeiramente aferir o extravio e, depois, nortear ações de combate ao tráfico ilícito.

Dados e informações sobre os bens culturais protegidos têm infinidade de usos, sendo um dos mais importantes possibilitar sua adequada conservação e também, em determinadas situações de deterioração ou dano, sua restauração física. Em particular,



Escultura de Santana Mestra de Antonio Francisco Lisboa (Aleijadinho)- 1775/1790
Acervo: Museu do Ouro – Sabará-MG

no que tange ao tráfico ilícito, uma eficaz gestão dos dados e das informações relativas ao bem cultural requer o conhecimento, por exemplo, de sua exata localização no território nacional; suas características físicas, técnicas, plásticas e artísticas, envolvendo registros descritivos e fotográficos; seu estado de conservação: deterioração ou dano, se passou em algum momento por intervenção de restauração etc.

As ações de repressão policial necessitam, para sua adequada atuação, de informações sobre o bem cultural, de maneira que propicie a correta identificação do objeto, permitindo porventura sua recuperação e retorno aos legítimos proprietários. De mesmo modo, as ações jurídicas ou diplomáticas de resgate, quando os bens são evadidos do país, necessitam igualmente de informações, sob domínio da autarquia em tela, para fundamentar a defesa de seu retorno ao local de origem.

Contudo, a gestão das informações relativas aos bens culturais protegidos não se constitui em trabalho fácil de ser executado. Configura-se como desafio em face da estrutura disponível no Iphan, e um dos pontos de dificuldade na missão de salvar o patrimônio cultural brasileiro. Deve-se salientar a diversidade de tipologias de bens culturais como principal fator a ser considerado, constituindo-se em: quadros, esculturas, documentos, mobiliário, artefatos arqueológicos etc. Some-se a essa diversidade o fato que esse significativo volume de bens protegidos encontra-se distribuído pelo Brasil, país que possui dimensões continentais. Cumpre mencionar, em acréscimo, a variedade de tipos de registros relativos aos bens culturais protegidos

pela União, que guardam as informações sobre estes artefatos, tais como: inventários escritos, fichas iconográficas, processos de tombamento, vídeos, entre outros.

Ainda para servir como balizador da gama de bens que devem ser protegidos, pode-se retornar ao disposto na citada Convenção, onde consta a lista dos bens culturais, que incluem as seguintes categorias:

a) As coleções e exemplares raros de zoologia, botânica, mineração e anatomia, e objetos de interesse paleontológico;

b) Os bens relacionados com história, inclusive a história da ciência e da tecnologia, com a história militar e social, com a vida dos grandes estadistas, pensadores, cientistas e artistas nacionais e com os acontecimentos de importância nacional;

c) O produto de escavações arqueológicas (tanto as autorizadas quanto as clandestinas) ou de descobertas arqueológicas;

d) Elementos procedentes de desmembramento de monumentos artísticos ou históricos e de lugares de interesse arqueológico;

e) Antiguidades de mais de cem anos, tais como inscrições, moedas e selos gravados;

f) Objetos de interesse etnológico;

g) Os bens de interesse artístico, tais como: (i) Quadros, pinturas e desenhos feitos inteiramente à mão sobre qualquer suporte e em qualquer material (com exclusão dos desenhos industriais e dos artigos manufaturados à mão); (ii) Produções originais de arte estatúaria e de cultura em qualquer material; (iii) Gravuras, estampas e litografias originais; (iv) Conjuntos e montagens artísticas em qualquer material;

h) Manuscritos raros e incunáveis, livros, documentos e publicações antigas de interesse especial (histórico, artístico, científico, literário etc), isolados ou em coleções;

Fonte: <https://commons.wikimedia.org>



Quadro de Tiradentes Esquartejado, de Pedro Américo / 1893
Acervo: Museu Mariano Procópio-Juiz de Fora/MG

i) Selos postais, fiscais, ou análogos, isolados ou em coleções;

j) Arquivos, inclusive fonográficos, fotográficos e cinematográficos;

k) Peças de mobília de mais de cem anos e instrumentos musicais antigos.

Como se pode observar, tarefa bastante extensa e complexa, que, contudo, é dilatada com a ampliação do conceito de bem cultural para as manifestações relativas ao designado patrimônio cultural intangível ou imaterial, recepcionado pela Constituição Federal Brasileira de 1988, que se antecipa, no tratamento dessa questão, em consonância com as tendências internacionais, conforme disposto no Artigo 216:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor

histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Posteriormente, o conceito alargado de patrimônio cultural tem reconhecimento internacional e foram considerados no contexto da Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, da UNESCO, realizada em Paris e aprovada em 2003, ratificada pelo Brasil em março de 2006, pelo Decreto nº 5.753/06, de 12 de abril de 2006. Consolida-se o entendimento do conceito de Patrimônio Cultural, que se restringia, até então, a monumentos e bens materiais reconhecidos pelo valor pré-histórico, histórico, etnográfico, científico e artístico, que passa a envolver, também, os bens de natureza imaterial, considerando ações, representações, expressões, conhecimentos e técnicas “[...] junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhe são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural [...]”.

Do ponto de vista da garantia de proteção dos saberes tradicionais das comunidades, tal ampliação do conceito de patrimônio vem em momento oportuno, no caso brasileiro, em particular na Amazônia, onde a preocupação relativa ao tráfico ilícito dar-se-á no

campo da preservação desses conhecimentos. Isso porque são nesses bens que se concentram as atenções de quadrilhas e indivíduos interessados em se beneficiar economicamente desses saberes. Os conhecimentos oriundos dessas comunidades tradicionais, desenvolvidos por meio

Desenho de Keller Leuzinger retratando a Amazônia, feito entre 1865 e 1868, acervo roubado da Biblioteca Nacional e posteriormente recuperado Acervo: Biblioteca Nacional

Fonte: <https://www.olberal.com>





Urna funerária Indígena. Acervo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP)

de sua interação com o meio ambiente, configuram-se como alvo de ações criminosas, visto que para além de seu significado simbólico, implicam consideráveis valores financeiros, para diferentes ramos comerciais, como a indústria farmacêutica ou da moda. De modo similar aos bens culturais materiais, os bens culturais imateriais são objeto de cobiça e alvo de furto.

Portanto, de pronto, coloca-se a importância da gestão das informações em domínio do Iphan, por embasarem todas as ações posteriores de combate ao tráfico ilícito. Dado que a intenção com este artigo é trazer ao público temática que possui inúmeras interfaces e conexões com várias áreas de conhecimento, não se pretende por óbvio esgotar o tema no espaço destinado nesta prestigiada revista. Sendo assim, impossível se proceder a discussão sobre os problemas enfrentados na gestão da informação no Iphan em relação às diversas tipologias de bens culturais, que possuem especificidades e tratamento técnico diferenciado, tanto no tocante a sua coleta, quanto disponibilização à sociedade ou aos demais órgãos de estado envolvidos no combate ao tráfico ilícito.

Creio mais importante apontar discussão de caráter mais amplo, e fundamental para a tomada de decisões institucionais e de Estado em relação ao tráfico ilícito. Atualmente, a WEB mostra-se como indiscutível locus de disseminação de informação, abrangendo parcela muito significativa da sociedade, tanto no Brasil como no mundo. Portanto, a princípio, seria lógico que a disponibilização de informações sobre os bens protegidos pela autarquia seja apresentada no site institucional, bem como outras informações que se julguem pertinentes, para que a sociedade possa auxiliar na preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Contudo, é pertinente reflexão se deveriam ser os dados e as informações relativos aos bens culturais somente de domínio do Iphan, e eventualmente de órgãos do aparato repressivo do Estado, ou se caberia seu compartilhamento. A priori, as recomendações dos organismos internacionais indicam que o melhor caminho para enfrentamento do problema consiste no compartilhamento de informações com a sociedade, permitindo que ela contribua nas ações de salvaguarda desses bens culturais. Igualmente a Constituição Federal estabelece a responsabilidade coletiva sobre os bens culturais brasileiros. Resta, pois, ao Iphan disponibilizar o conhecimento sobre os bens culturais protegidos à sociedade, da maneira mais correta e completa possível, de modo a permitir sua adequada participação.

O tráfico ilícito de bens culturais envolve organizações criminosas que, com muita frequência, têm atuação transnacional, apresentando significativo grau de sofisticação e planejamento de ações. Decorrente desse raciocínio cumpre questionar, embasado na missão institucional do Iphan, a qual determina a salvaguarda dos bens culturais protegidos pela União, se a totalidade dos dados e das informações que detém deve ser disponibilizada à sociedade, sem nenhum tipo de verificação, controle, ou checagem quanto à sua utilidade para grupos criminosos.

Exposto o problema em sua amplitude, aponta-se sua natureza dual. Como disponibilizar dados e informações relativas aos bens culturais protegidos, permitindo a plena participação da sociedade no combate ao tráfico ilícito de bens culturais, sem, contudo, colocar em risco o patrimônio protegido pelas autarquias federais pelo fornecimento indevido de vantagens a grupos criminosos.

A disponibilização de informações, com o intuito de permitir que a sociedade contribua com o combate ao tráfico ilícito de bens culturais, contempla um viés da gestão da informação, envolvendo, para seu adequado encaminhamento, questões afetas à coleta, seleção, tratamento, análise, organização e recuperação de dados e informações de maneira eficaz. Outra abordagem para o enfrentamento da questão diz respeito ao tratamento a ser dispensado a dados e informações que venham a ser classificados como sigilosos, e de mesmo modo conhecimentos sensíveis. Assim, deve-se lidar de igual maneira com os mecanismos adotados pela Inteligência de Estado para tratar da gestão desse tipo de dados, informações e conhecimentos.

As rápidas mudanças tecnológicas que vêm impactando fortemente a disseminação de informações no século XXI impõem a adequada estruturação dos órgãos de fiscalização, para que se garanta sua eficácia no tocante à disponibilização das informações para a sociedade. Não basta, contudo, garantir o livre acesso à sociedade sobre as informações disponíveis. Reconhecendo-se aqui o relevante papel que a sociedade desempenha, colaborando na salvaguarda dos bens culturais de nosso país, é preciso ir além; criar estruturas específicas e profissionalizar os quadros institucionais para que possam atuar no campo da contrainteligência, prevenindo ações lesivas, cujo meio de articulação e ação, de modo muito frequente, é a WEB.

Por decorrência do exposto, entendo fundamental a estruturação do Iphan para atuar de maneira coordenada com os demais órgãos de Estado, que atuam sobretudo na

repressão desse crime, pois temos muito a colaborar nessas ações. Acredito que a inclusão no Iphan no Sistema Brasileiro de Inteligência-SISBIN seja passo inescapável, se tivermos como objetivo uma atuação verdadeiramente coordenada e eficaz dos órgãos encarregados do combate ao tráfico ilícito de bens culturais.

No campo de abordagem desta revista, cabe mencionar com objetivo de auxiliar na divulgação de seu importante trabalho uma organização que se dedica a proteger o patrimônio cultural em risco, em especial nos casos de conflitos armados. Trata-se da Blue Shield (escudo azul) “comprometida com a proteção do patrimônio cultural mundial e preocupada com a proteção do patrimônio cultural e natural, tangível e intangível, em caso de conflito armado, desastre natural ou causado pelo homem”. (Artigo 2.1, Estatuto do Escudo Azul 2016)

O desenvolvimento de ações entre o Iphan, a Polícia Federal, os órgãos de Inteligência do Brasil, a Interpol, o Icom, a Blue Shield, em especial na ampliação e qualificação na troca de informações, reveste-se de fundamental importância. Para tanto, a autarquia deve cada vez mais aprimorar a gestão das informações sobre seu domínio.

Ao finalizar este artigo, não poderia deixar de registrar nossas homenagens ao prezado General Synésio Scofano Fernandes, que gentilmente, no mês de agosto deste ano, me convidou a produzir este texto. Por muitos anos compôs o Conselho Consultivo do Iphan, reconhecido como possuidor de profundos conhecimentos que generosamente compartilhava com nossa instituição. Tive o privilégio, em nome da instituição a qual pertencço, lhe render nossa última homenagem, transmitindo o convite, que o alegrou, para novamente integrar o Conselho Consultivo do Iphan. Quis o destino que isso não ocorresse; entretanto, temos a plena certeza de que, de onde estiver, continuará a zelar pelo patrimônio cultural brasileiro. Deixo nosso muito obrigado por suas valiosas contribuições.

O logotipo Blue Shield baseia-se no emblema da Convenção de Haia de 1954, simbolizando a fundação histórica da organização no Segundo Protocolo à Convenção de 1999 tendo sido acrescido fundo circular azul. Nas situações de conflito, os saques ao patrimônio cultural dos países ocorrem infelizmente desde a antiguidade e têm sido uma prática comum que incrementa o tráfico ilícito. Dentro das ações desenvolvidas pela Blue Shield, consta:



Prevenção do tráfico ilícito que se segue ao aumento dos saques observados durante e após os conflitos armados e desastres, pois as situações de emergência muitas vezes criam as condições que permitem o aumento dos saques e tráfico ilícito de objetos; o Blue Shield também trabalha em parceria com organizações como o ICOM (International Council of Museums) para impedir tráfico ilícito de bens culturais.

Leonardo Barreto de Oliveira

Doutor em Gestão e Organização do Conhecimento – Escola da Ciência da Informação – Programa de Pós Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento – UFMG.

Tese de doutorado: Tráfico Ilícito de Bens Culturais: interface com a gestão da informação no Iphan e Ibram – 2021; Mestre em Artes Visuais – Área de Concentração: Conservação/Restauração – UFMG, Dissertação de Mestrado: “Fontes Artificiais de Luz: aferição da emissão de radiação ultravioleta como base para sua correta inserção no interior de monumentos tombados e museus” – 2003; Licenciatura em História - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)– 1988; Engenharia Elétrica - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMG) – 1985.

Servidor Público Federal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, desde setembro de 1986. Consultor nas áreas de Luminotécnica Interna e Externa, Instalações Elétricas, Telecomunicação, Segurança Eletrônica, Prevenção e Combate à Incêndios, Iluminação Pública de Conjuntos Urbanos e Sistemas de Proteção Contra Descargas Atmosféricas. Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização a partir de 14 de maio 2021; Diretor do Centro Lucio Costa – Escola do Patrimônio – 08 julho de 2019 até 14 de maio de 2021; Assistente Técnico do Gabinete da Presidência do Iphan - julho de 2017 até julho de 2019; Superintendente do Iphan de Minas Gerais no período de 12/06/2006 a 09/01/2013.

Brasil 200 anos

07 de setembro
1822 - 2022



A Proclamação da Independência,
François-René Moreaux, 1844
Acervo: Museu Imperial



General de Brigada

Márcio Tadeu Bettega Bergo

Presidente do Instituto de Geografia e
História Militar do Brasil

Em outubro de 1492, um *Novo Mundo*, depois chamado “América”, foi descoberto. Em julho de 1494, com o Tratado de Tordesilhas, as duas maiores potências da época, Portugal e Espanha, traçaram um meridiano, “repartiram” entre si tais áreas e estabeleceram que as terras ocidentais à linha seriam castelhanas, enquanto as que estivessem a leste, lusitanas.

Em decorrência, “nasceu” o Brasil! A expedição conduzida por Pedro Álvares Cabral, aqui chegada em 1500, atestou o *descobrimento* do nosso País, providência que os portugueses chamam de *acha-*

mento, pois, afinal, Cabral veio realmente “procurar” o que já se sabia da existência.

Chamada de *Pindorama* pelos indígenas que aqui habitavam, recebeu algumas denominações até chegar a “Terra Santa Cruz do Brasil”, logo “Terra do Brasil” e, finalmente, “Brasil”. O nome advém da madeira *pau-brasil*, árvore cuja exploração foi a primeira atividade econômica do lugar. Ela fornecia um pigmento, usado especialmente em tecidos, e seu lenho, de intenso vermelho-vivo, lembrava muito uma brasa, de onde se acredita tenha vindo a palavra *Brazil*, depois



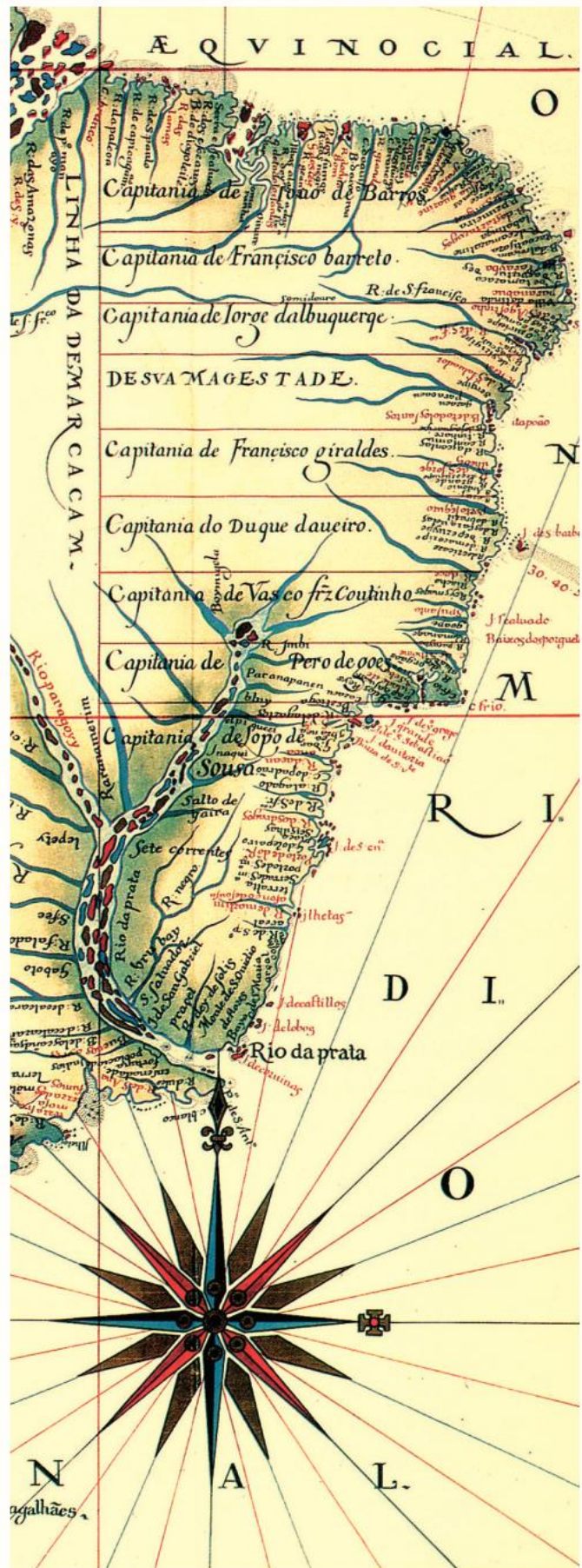
D. João VI, retratado por Albertus Jacob Frans Gregorius em óleo sobre tela do século XIX Acervo: Palácio da Ajuda, Lisboa - Portugal

Brasil. Há, contudo, outra teoria para nosso nome. Ela será vista mais adiante.

Portugal tomou posse da terra, dividiu-a em capitâneas hereditárias, iniciando-se a exploração e a colonização. Esta não foi linear nem homogênea, pois uns lugares foram mais “trabalhados” do que outros, recebendo maior atenção e, conseqüentemente, obtendo desenvolvimento mais significativo.

A união das coroas ibéricas, entre 1580 e 1640, “rompeu” a linha de Tordesilhas e permitiu que portugueses vivendo no Brasil se aventurassem no rumo oeste, em expedições chamadas “Entradas” (caravanas oficiais, patrocinadas pelas autoridades portuguesas) e “Bandeiras” (bancadas por empreendedores particulares). Tais campanhas alargaram consideravelmente nosso território, além de mapear recur-

Tordesilhas
Mapa de Luiz Teixeira, 1574
Acervo da Biblioteca Nacional da Ajuda, Lisboa



Chegada da Família Real Portuguesa no Rio de Janeiro
Óleo sobre tela de Armando Martins Viana, Século XX
Acervo do Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro



sos. Com o passar dos tempos, os lusitanos avançaram rumo ao sul, ao estuário do Rio da Prata, e foram confrontados e contestados pelos castelhanos. Muitas lutas aconteceram, foram avanços e recuos territoriais. Ao norte, na Amazônia, igualmente sangue e suor foram despendidos na conquista e manutenção de vastas porções de terras. Diversos invasores europeus que aqui se aventuraram foram expelidos. E assim se forjou a configuração territorial deste imenso País. Fortes e fortalezas foram erguidos ao longo das fronteiras terrestres e também no litoral, para a defesa, constituindo-se em núcleos de futuras vilas e cidades.

Em 1808, em um processo estratégico de preservação do Reino de Portugal e seus territórios ultramarinos, em virtude das invasões napoleônicas, a Corte portuguesa transferiu-se para o Brasil, que passou a ser a sede do reino. Para cá, além da família real, vieram centenas de funcionários, criados, assessores e pessoas ligadas ao governo português. Trouxeram consigo muito dinheiro, obras de arte, documentos, livros, bens pessoais e outros objetos de valor. Após pequena estada em Salvador, na Bahia, a comitiva se instalou no Rio de Janeiro e introduziu várias alterações na vida da então Colônia. Entre muitas atitudes, o Brasil foi elevado à catego-

ria de Reino Unido, o comércio brasileiro foi aberto para o mundo, houve estímulo para estabelecimento de indústrias, construção de estradas e a reforma em portos. Foram criadas instituições bancárias, os Correios, a primeira universidade de medicina e muitas outras medidas. Em 1818, o Príncipe regente foi coroado com o nome de Dom João VI, titular do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Em 24 de agosto de 1820, aconteceu a *Revolução Liberal do Porto*, movimento que eclodiu após a expulsão dos franceses, vencidos com a ajuda militar que Portugal recebeu dos ingleses. Surgiram, então, as *Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, que, formando a *Junta Provisória do Governo Supremo do Reino*, assumiram, na prática, o controle daquele País. A ausência da Família Real, uma grave situação econômica e o domínio de uma intervenção inglesa, comandada por William Beresford, levaram os revolucionários lusitanos a pleitear a constitucionalização do país, a retirada dos britânicos, o retorno do monarca e a recolonização do Brasil.

Em consequência, muitas decisões portuguesas se mostraram contrárias aos interesses brasileiros, aprofundando mais ainda a contradição de que o Reino tinha dois centros políticos, Lisboa e Rio de



D. Pedro I, retrato atribuído a Simplício Rodrigues de Sá, 1828-1830
Acervo: Museu Imperial

Janeiro, onde vivia o governante. Assim, os revoltosos exigiram o retorno de Dom João VI a Portugal, o que ocorreu em 21 de abril de 1821. Ao partir, atribuiu, por decreto, a regência do Brasil a seu filho Dom Pedro de Alcântara. Na ocasião, sentindo os anseios de liberdade do nosso povo, proferiu a célebre frase “Põe a coroa sobre a tua cabeça, antes que algum aventureiro lance mão dela”.

Em 9 de janeiro de 1822, chegou a vez de o Príncipe regente Dom Pedro, que aqui permanecera, receber a convocação das Cortes de Lisboa exigindo sua volta a Portugal. Os portugueses pretendiam recolonizar o Brasil, e a presença de Dom Pedro impedia esse ideal. Ele desobedeceu, declarando que não cumpriria as ordens, e continuaria no Brasil. Na ocasião, pronunciou a célebre frase “Se é para o bem

de todos e felicidade geral da Nação, estou pronto! Digam ao povo que fico.” A data passou à história como o “Dia do Fico”.

Entre março e abril de 1822, Dom Pedro foi a Minas Gerais, naquela que seria sua primeira viagem para fora dos limites da Corte (o Rio de Janeiro). Buscava apoio político contra as Cortes Portuguesas e meios para debelar uma possível rebelião, passível de fazer emergir algum tipo de Governo Provisório, em Vila Rica (atual Ouro Preto). Eram receios adormecidos da *Inconfidência Mineira* (ou *Conjuração Mineira*), de 1789, e da *Conjuração Baiana* (ou *Revolta dos Alfaiates*), de 1798. O Príncipe atuou ousadamente e empregou princípios estratégicos militares e políticos. Conquistou apoios, demitiu comandantes de tropas e substituiu o governo de Minas. Garantiu a sustentação por grandes fazendeiros, pelas elites locais e pelas câmaras de vereadores das principais cidades.

De retorno ao Rio, em junho, recusou fidelidade à Constituição portuguesa e convocou a primeira Assembleia Constituinte brasileira. Ainda determinou que nenhuma lei de Portugal iria valer no Brasil sem sua autorização, instrumento conhecido como decreto do “Cumpra-se!”. Em 1º de agosto, emitiu um decreto considerando inimigas as forças militares portuguesas que desembarcassem no Brasil. Portugal anulou a convocação da nossa Constituinte, ameaçou com o envio de tropas e exigiu, uma vez mais, o retorno do príncipe. Ambiente propício para o rompimento.

Em agosto, Dom Pedro deslocou-se à Província de São Paulo, para efetuar novos contatos e acalmar focos insurgentes. Marchou pelo Vale do Rio Paraíba do Sul, entabulando conversações com lideranças locais e reunindo tropas. Seguiu para a cidade de São Paulo e, depois, a Santos, no litoral.

Em 7 de setembro de 1822, voltando de Santos, encontrava-se às margens do riacho Ipiranga, quando foi alcançado por um mensageiro, que trazia cartas de sua



José Bonifácio de Andrada e Silva, por Benedito Calixto, 1902
Acervo: Museu do Ipiranga



D. Leopoldina, por Josef Kreutzinger, 1815
Acervo: Schönbrunn Palace, Viena - Austria

esposa Maria Leopoldina da Áustria, de seu pai Dom João VI e de José Bonifácio de Andrada e Silva, seu assessor e ministro, além de outras missivas e ordens das Cortes. Não eram nada boas as notícias. Maria Leopoldina, que se encontrava na Corte e recebera o correio de Lisboa, concluiu que a ruptura entre Brasil e Portugal deveria acontecer imediatamente. Em 2 de setembro, ela presidiu uma reunião do Conselho de Estado, que se posicionou inteiramente favorável à separação. Escreveu uma carta a Pedro, anexou às demais correspondências, despachando tudo com urgência para seu marido. Assim se expressou a Princesa:

Pedro, o Brasil está como um vulcão. Até no paço há revolucionários. Até oficiais das tropas são revolucionários. As Cortes Portuguesas ordenam vossa partida imediata, ameaçam-vos e humilham-vos. O Conselho de Estado aconselha-vos para ficar. Meu coração de mulher e de esposa prevê

desgraças, se partirmos agora para Lisboa. Sabemos bem o que tem sofrido nossos pais. O rei e a rainha de Portugal não são mais reis, não governam mais, são governados pelo despotismo das Cortes que perseguem e humilham os soberanos a quem devem respeito. Chamberlain vos contará tudo o que sucede em Lisboa. O Brasil será em vossas mãos um grande país. O Brasil vos quer para seu monarca. Com o vosso apoio ou sem o vosso apoio ele fará a sua separação. O pomo está maduro, colhei-o já, senão apodrece. Ainda é tempo de ouvirdes o conselho de um sábio que conheceu todas as cortes da Europa, que, além de vosso ministro fiel, é o maior de vossos amigos. Ouvi o conselho de vosso ministro, se não quiserdes ouvir o de vossa amiga. Pedro, o momento é o mais importante de vossa vida. Já dissestes aqui o que ireis fazer em São Paulo. Fazei, pois. Tereis o apoio do Brasil inteiro e, contra a vontade do povo brasileiro, os soldados portugueses que aqui estão nada podem fazer. Leopoldina.

Entre outras informações e conselhos: “Senhor, o dado está lançado, e de Portugal não temos a esperar senão escravi-

dão e horrores. Venha, Vossa Alteza Real, o quanto antes e decida-se.” (José Bonifácio de Andrada e Silva); “Inimigos de toda a ordem e que não poupavam a real pessoa de Vossa Alteza Real de envolta com ataques ao Brasil.” (Antônio Carlos de Andrada e Silva).

Ao se inteirar de todo o conteúdo da mala postal, Dom Pedro se viu em um dilema: voltar à Europa ou alterar o rumo dos acontecimentos. As alternativas para o impasse eram a proclamação de uma república, a exemplo de países hispânicos vizinhos, ou a conservação da monarquia, com o apoio de uma Constituição. E ali mesmo, às margens plácidas daquele pequeno curso d’água, foram rompidos os laços de união política com Portugal, com Dom Pedro exclamando “Amigos, as Cortes Portuguesas querem escravizar-nos e perseguir-nos. A partir de hoje as nossas relações estão quebradas. Nenhum vínculo mais nos une”. Arrancando a braçadeira azul e branca que simbolizava Portugal, disse “Tirem suas braçadeiras, soldados. Vivas à independência, à liberdade e à separação do Brasil.” Desembainhando e erguendo a espada, bradou: “Pelo meu sangue, minha honra, meu Deus, eu juro dar ao Brasil a liberdade. Independência ou morte!”.

E surgiu novo Estado, o Brasil independente. Não sem lutas: antes mesmo, em fevereiro, uma força lusitana, a Divisão Auxiliadora, comandada pelo General Avilez, já fora vencida no Rio de Janeiro e forçada a se retirar de volta a Portugal – tendo, no percurso, deixado um batalhão estacionado na Bahia. Outras tropas haviam sido enviadas ao Brasil pelas Cortes, como a Divisão Naval comandada pelo Chefe de Divisão Maximiano de Sousa, em março, que permaneceu detida ao largo da Baía da Guanabara, vigiada pelas fortificações costeiras e forças fiéis ao Príncipe. Muitos homens desertaram, entre oficiais e marujos, passando ao serviço do Príncipe.

Após o 7 de setembro, por vários meses ocorreram confrontos, especialmente no Piauí (Batalha do Jenipapo) e na Bahia



“Tirem suas braçadeiras soldados”
Detalhe da obra de Pedro Américo, 1895
Acervo: Museu do Ipiranga

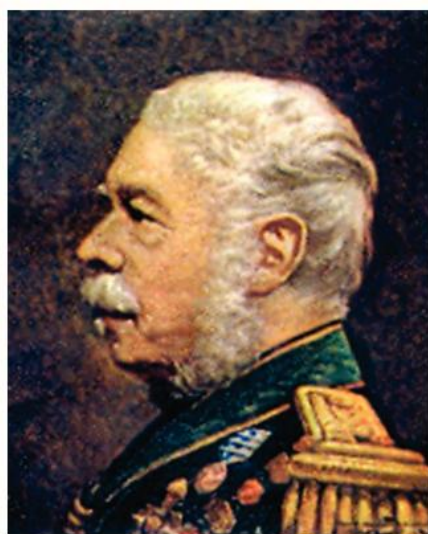
(bloqueio do porto de Salvador, Batalha de Pirajá), além de disputas no Grão-Pará e na Cisplatina. Porém, em 2 de julho de 1823, as escaramuças haviam cessado por completo.

Em 29 de agosto de 1825, ocorreu a assinatura do *Tratado de Amizade e Aliança Brasil-Portugal*, também conhecido como *Tratado Luso-Brasileiro* ou *Tratado do Rio de Janeiro*, que reconheceu a Independência do Brasil e formalmente pôs fim à Guerra da Independência. As mediações foram conduzidas pela Grã-Bretanha, com grandes interesses na independência brasileira, visto que esta facilitava politicamente o reconhecimento das repúblicas latino-americanas, e Portugal se encontrava envolto em tumultos internos, fraco militar e economicamente para voltar a impor o seu domínio sobre o Brasil. Houve ainda motivos econômicos, pois desde 1808 o Brasil já era o terceiro maior mercado consumidor das exportações britânicas, bastante dependente daquele país. E ainda, mantendo-se como monarquia, o Império seria um “bom exemplo” para outros países da região. Houve uma indenização de cerca de dois milhões de libras esterlinas, paga a Portugal por meio de empréstimo obtido junto aos britânicos.

Na sequência do tempo, no período da monarquia (Primeiro Reinado, Regências e Segundo Reinado), ao longo de

quase todo o século XIX, variadas revoltas, insurreições e revoluções separatistas foram vencidas. Também aconteceram agressões externas, nas quais foi necessário o emprego da força, com destaque à figura ímpar de Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, principal mantenedor da unidade nacional e da integridade territorial. Após a República, e no alvorecer do século XX, tivemos ainda alguns processos de demandas territoriais, resolvidos por arbitragens internacionais, e a conclusão da chamada *Questão do Acre*, que nos acrescentou mais uma extensa área.

Agora, em 2022, aos 200 anos de nossa Independência, completadas já duas décadas do século XXI, somos a República Federativa do Brasil, composta por 26 estados federados e um Distrito Federal. Somos o 7º maior contingente populacional do mundo, a 5ª maior área da Terra, constituímos a 10ª maior economia do planeta – já chegamos à 8ª posição e estamos perto da 12ª, pois os números flutuam. Somos o 3º maior produtor agropecuário do mundo, alimentamos um terço da humanidade. Somos donos de algumas ilhas de excelência, apesar do nosso atraso tecnológico em geral, da menor prioridade atribuída ao binômio Ensino/Educação e dos poucos recursos investidos em Ciência, Tecnologia e Inovação.



Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias, por Miranda Junior
Acervo da Biblioteca do Exército - RJ

Somos um Brasil alegre e festeiro, de fartura e benesses, ainda que pleno de dificuldades e percalços. Gigante pela própria natureza, belo, forte e impávido colosso, este País foi gradualmente erigido, inicialmente por portugueses, índios e africanos. Depois, com sucessivas levas de imigrantes, por italianos, alemães, espanhóis, japoneses, árabes, suíços, coreanos, ucranianos, chineses e muitos outros povos, consolidando nossa riqueza maior, a gente brasileira. Povo hospitaleiro, que construiu uma imagem simpática e é admirado pela sua arte em geral, música e literatura em particular, pela sua criatividade, pelos esportes, futebol em destaque, pelo carnaval e tantas outras manifestações populares. Nossa gente constitui uma população volumosa e integrada, com invejável unidade linguística, desenvolvedora de notável adaptabilidade e elevada criatividade, improvisando soluções práticas para situações desfavoráveis.

Brindados pela *Mãe Natureza*, nosso clima é ameno, temos enorme extensão territorial, área compacta, livre de obstáculos intransponíveis, sem grandes cataclismos, em um posicionamento geográfico excelente. Em nosso território, tão vasto, abrigamos vários ecossistemas e possuímos um imenso potencial agrícola. A plataforma continental marítima estende nossas riquezas oceano adentro, nossa biodiversidade é ampla, com vidas animais e vegetais esbanjando exuberância e variedade. Temos das maiores disponibilidades em água doce do mundo e recursos minerais incalculáveis. Nossa culinária de mil sabores e nossas paisagens fantásticas – em especial a Amazônia, o Pantanal, as chapadas, as cachoeiras e as praias – encantam os turistas, consumidores dessa indústria valiosíssima e limpa. Tudo isso configura exatamente o que se pode imaginar como o Éden, lugar de abundância, opulência e felicidade! Muito a ver com a já mencionada outra teoria a respeito do nosso nome, uma antiga lenda celta, que falava de uma *Ilha Brasil*, o *Hy Breazil*, um

lugar paradisíaco, onde somente pessoas privilegiadas iriam viver...

Em contrapartida, infelizmente também somos um Brasil que sofre problemas no atendimento em saúde, possui sérias falhas no sistema escolar, péssima distribuição de renda, vive uma precária segurança pública, é “campeão” em acidentes de trânsito, é consideravelmente deficiente em infraestrutura. Um Brasil em que as populações das grandes cidades suportam carências na mobilidade urbana. Somos um País exportador de produtos de menor complexidade e valor, de insuportável estrutura fiscal-tributária, da pouca poupança interna, do baixo nível de investimento. Um Brasil, com uma Justiça lenta e sobrecarregada, pontilhado por espaços onde imperam “vazios” de Estado.

Temos problemas, é certo, mas também temos todas as ferramentas para resolvê-los da melhor forma. Com absoluta certeza, podemos afirmar que as mazelas de que padecemos são muitíssimo menores do que o somatório das coisas boas de que desfrutamos ou que temos em potencial, aguardando serem processadas e transformadas em riqueza para a Nação.

Este é nosso Brasil, em seu 200º aniversário como País independente. Por nós herdado após muitos sacrifícios, trabalho e lutas, e que deve ser preservado e engrandecido, para entrega às gerações futuras. Que deixemos uma nação melhor para nossos descendentes, e também, a eles dediquemos medidas educacionais intensas, fazendo-os cada vez melhores para nossa Nação!

As palavras-chave que incentivamos são *Pesquisar, Honrar e Defender* o Brasil.
Cultivemos esses nobres propósitos, com fervor.
Pratiquemos todos, PHD, Brasil!

Márcio Tadeu Bettega Bergo

Sócio Titular Emérito e atual Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil – IGHMB, o General de Brigada Veterano Márcio Tadeu Bettega Bergo foi Chefe do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEx). Integrante da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB) e da Academia de Cultura de Curitiba (ACCUR), é ainda Membro Correspondente do Instituto Histórico Cultural da Aeronáutica (INCAER) e da Asociación Cultural Mandu’arã (Paraguai).

Seguro Auto

Tranquilidade onde você estiver.

- Ampla cobertura
- Várias formas de pagamento
- Ótimos preços
- Assistência 24h



FHE

POUPEX

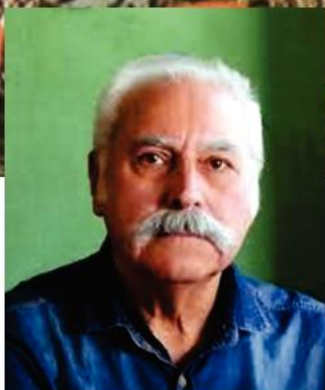
poupex.com.br

0800 061 3040

O PREÇO DA INDEPENDÊNCIA



Embarque da família Real Portuguesa para o Brasil em 1807
Nicolas Louis Albert, Século XIX



Juvêncio Saldanha Lemos

Coronel do Exército Brasileiro,
Advogado, Historiador e Escritor

Desde o descobrimento, a moeda circulante no Brasil era o ouro, a prata e, eventualmente, diamantes. Em espécie. E todos viviam muito bem: o escambo suprindo as exigências comerciais. Nada de bancos e papéis.

Esse paraíso chegou ao fim com a chegada da Família Real, em 1808. Já em 28 de junho de 1808, o príncipe-regente Dom João criou o “Real Erário do Brasil”, para guardar o dinheiro da Coroa. Posteriormente, esse “Real Erário” passou a se chamar “Thesouro Imperial”, atual Tesouro Nacional.

Ora, a chegada da corte portuguesa, com o seu séquito de 15.000 pessoas, revolucionou os costumes da rústica sociedade brasileira. Maravilhada com os faustosos hábitos desses europeus, que se traduziam em um consumo desenfreado, tratou de copiá-los. E gostou, claro!

Riqueza para tanto havia; moeda, não.

A Abertura dos Portos facilitou e estimulou tal consumo. “Em poucas semanas, partiram de Manchester para o Brasil mais mercadorias que as importadas, via Portugal, nos vinte anos anteriores”.¹ Há até quem diga que em poucos meses a Inglaterra exportou diretamente para o Brasil muito mais do que havia exportado, via Portugal, desde o descobrimento.

Foi um período em que, com alegria e falta de juízo, importou-se de tudo. Como as exportações não acompanharam essas descontroladas importações, daí nasceu um perigoso déficit na balança comercial, cuja gravidade foi solenemente desprezada.

Por outro lado, agigantada, a atividade comercial passou a exigir um facilitado

¹ FRANCO, Afonso Arinos de Mello e PACHECO, Cláudio – “História do Banco do Brasil”, p. 15, Ed. AGGS, Indústrias Gráficas S.A., RJ, 1980.



O Príncipe-Regente D. João VI retratado por Domenico Pellegrini, 1805
Museu Nacional de Arte Antiga, Portugal

tador de trocas mais ágil. Alguns comerciantes do Rio de Janeiro, por conta própria, começaram a emitir títulos particulares, muito confiáveis, e que logo passaram a circular como se moeda fossem.

Concomitantemente, era cada vez maior a necessidade de fundos por parte do real governo, para sustentar as suas gastanças palacianas e aventuras bélicas. Os rendimentos nacionais não estavam suportando as despesas da Corte, obrigando Dom João a recorrer continuamente aos empresários particulares para receber as suas rendas atrasadas.

Desses dois determinantes surgiu a ideia de criar um banco nacional, com dupla função: fornecer moeda oficial para as transações comerciais e recursos para a administração do Estado.

Em 12 de outubro de 1808, nasceu o Banco do Brasil, com capital inicial de 1.200 contos, representados por 1.200 ações de um conto de réis cada. Tais ações seriam vendidas a capitalistas, comerciantes e fazendeiros endinheirados. Com lastro em ouro, prata e diamantes, o Banco emitiria apólices, que circulariam como papel-moeda.

Não foi fácil a venda das ações. Os milionários brasileiros – com a maior das razões, como os fatos provaram – desconfiaram daquilo. Foi preciso que Dom João apelasse para uma arma infalível – a exploração das vaidades – para que tal reação

fosse superada. E assim o foi, por meio da concessão de comendas e títulos de nobreza para quem se tornasse acionista do Banco. Isso começou a operar em 11 de dezembro de 1809.

Enquanto ouro e prata saíam do Brasil, gastos realizados na compra de escravos, bugigangas inglesas e modismos franceses, quando não no contrabando direto, o governo real avançava sem dó nem piedade sobre o nascente patrimônio do Banco. Saques absolutamente a descoberto.

Aclamação de D. Pedro I, Imperador do Brasil, no campo de Santana, Rio de Janeiro, por Jean Baptiste Debret, 1822





A coroação do Imperador D. Pedro I do Brasil por Jean Baptiste Debret, 1822
Acervo do Palácio do Itamaraty, Brasília

lica, como lastro de um meio circulante de 6.700 contos! Falência à vista. A nossa Independência foi proclamada com o governo brasileiro devendo mais de 8.000 contos de réis ao Banco do Brasil e sem perspectivas de

Em 1813, nove anos antes da Independência, a despesa na administração era de 230 contos mensais, dos quais 150 contos – ou seja, 65% – consumidos apenas pela Casa Real e Repartições Militares. Em abril desse ano, a dívida pública com o Banco do Brasil era de 625 mil cruzados. Em agosto, 1.500.000 cruzados. Um desatino total, com o Banco funcionando sem qualquer disfarce como fábrica de dinheiro para o governo esbanjar. E pior, dinheiro proveniente de emissões sem lastro.

Em setembro de 1817, cinco anos antes da Independência, houve os primeiros boatos de quebra do Banco. O povo correu inutilmente a trocar o seu papel-moeda por metal. O governo reagiu prendendo os boateiros e colocando sentinelas armadas nas portas do Banco, já com sede onde funciona a agência na rua 1º de Março, no Rio de Janeiro.

Os papéis do Banco do Brasil se desvalorizaram mais ainda. Mas a instituição aguentou e, não há como negar, continuou financiando as vitais necessidades do Brasil. E alimentando a ganância de seus reais gestores.

No ano de 1821, véspera da Independência, com o retorno de Dom João VI para Portugal, o Banco do Brasil levou a pancada fatal. O lastro que ainda tinha em metais e diamantes foi levado pelo Rei e sua Corte. Há o registro de que foram necessários seis navios para dar conta da preciosa carga. Até as moedas de cobre levaram. Em caixa ficaram apenas 200 contos em moeda metá-

honrar tal dívida. E a organização de um novo estado independente – burocracia, embaixadas etc. – mais as campanhas militares contra os portugueses na Cisplatina, Bahia, Maranhão e Pará, traduziam-se em mais gastos, horripilantemente obrigatórios. Em fins de 1822, ano da Independência, a dívida com o Banco do Brasil atingiu a astronômica cifra de 6.805.588\$70!



Marquês de Barbacena em litografia por Sébastien Auguste Sisson, 1861
Acervo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, São Paulo

Exauridas as fontes de empréstimos nacionais, o Imperador Dom João autorizou, por Decreto de 5 de janeiro de 1824, a busca de empréstimos no exterior.

Com essa missão, foi enviado para a Inglaterra Felisberto Caldeira Brant Pontes, futuro Marquês de Barbacena, que lá contraiu o famoso “Empréstimo da Independência” junto a capitalistas britânicos, a maior parte com a Casa Bancária Rothschild, de Londres. A operação foi oficializada em 17 de setembro de 1824.

Dizem alguns que até hoje estamos pagando tal empréstimo. Pode ser que sim, pode ser que não. Duvido que algum tipo de auditoria esclareça a dúvida. O fato histórico é que do empréstimo de 4.469.630\$789 apenas metade chegou aos cofres do Banco do Brasil. A outra metade ficou na Inglaterra, descontados antecipadamente juros, taxas, consignações, emolumentos e o que mais fosse.

Não há como desconhecer que essa desgraça financeira para o Brasil indepen-



Armas da família Brant, por Rodolfo Smith de Vasconcelos e Jaime Smith de Vasconcelos (1918). Archivo Nobiliarchico Brasileiro

insurreição brasileira; mais 600.000 libras como indenização das propriedades da Coroa Lusitana deixadas no Brasil.

Dois milhões de libras em moeda sonante!

“Aqui a loucura arrojou por terra o penacho do vencedor, e recuperou a política o que as armas haviam perdido”.²

Em suma, nós compramos, e pagamos até o último vintém, a nossa Independência. Desconheça que exista outro caso similar no mundo.

Foi caro, mas valeu a pena.

² ARMITAGE, João – “História do Brasil”, p. 156, Ed. Livraria Editora Zílio Valverde, Rio, 1943.

Juvêncio Saldanha Lemos

Coronel do Exército Brasileiro, advogado, historiador e escritor. É Membro-Efetivo da Academia de História Militar Terrestre do Brasil/Rio Grande do Sul - AHITBRS e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul - IHGRGS, sendo autor de obras como “Mercenários do Imperador. A primeira corrente imigratória alemã no Brasil (1824-1830)”; “A saga no Prata”; “Brummers a Legião Alemã Contratada pelo Império Brasileiro em 1851”; “Dever Secreto”; “Memórias do Coronel”.



A invasão russa à Ucrânia

Paulo Roberto da Silva Gomes Filho

Fonte: Adobe Stock Web

A invasão do território ucraniano pela Rússia, em 24 de fevereiro de 2022, surpreendeu o mundo. Não tanto pela ação militar em si, que já vinha sendo prevista pelos serviços de inteligência ocidentais semanas antes do ataque, mas pelo retorno ao solo europeu daquilo que alguns analistas militares e muitos estudiosos civis se precipitaram em dar como extinta, pelo menos no teatro de operações europeu: a guerra de alta intensidade.

Afinal, com o fim da Guerra Fria, no início da década de 1990, e com a Guerra ao Terror, travada pelos EUA e seus aliados a partir dos atentados de 11 de setembro de 2001, parecia que estavam confirmadas as palavras iniciais escritas pelo general britânico Rupert Smith, em 2005, no seu influente livro *A Utilidade da Força – a arte da guerra no mundo moderno*:¹ “Já não existem guerras”.

Smith explicou sua assertiva: “A guerra – tal como é cognitivamente conhecida pela maioria dos não combatentes, como uma batalha campal entre homens e material, ou ainda um grande evento decisivo numa disputa internacional – já não existe”.

Em defesa dessa opinião que hoje se mostra completamente equivocada, diga-se que, àquela época, realmente parecia que o mundo caminhava naquela direção. Francis Fukuyama escrevia sobre o “fim da história”² Os EUA se tornavam a única superpotência, um país hegemônico no sistema internacional, e os valores que ele representava, democráticos e liberais, pareciam destinados a prevalecer na maior parte das nações. O mundo se lançava em uma globalização sem precedentes, passando a viver uma fase de interdependência econômica, comercial e tecnológica inédita, condição que atua fortemente em favor do entendimento e da solução pacífica de controvérsias, visto que o estabelecimento de fortes laços econômicos e as chamadas cadeias globais de valor atuam como amortecedores a dirimir conflitos e evitar escaladas de tensões. Excetuando-se as zonas de instabilidade de sempre, em regiões periféricas do globo, em que governos considerados não democráti-

¹Edições 70. (Lisboa, Portugal, 2005).

²O fim da história e o último homem. Ed Rocco (2015).

cos e entes não estatais e grupos terroristas personificavam o inimigo a ser combatido pelas grandes potências, o conflito de alta intensidade, entre exércitos regularmente constituídos, parecia realmente superado.

Mas a roda da história não para de girar e a guerra, como James Hillman apontou,³ “é normal, afinal ela é constante e universal”. E a geopolítica continua a explicar as razões pelas quais os Estados escolhem ir à guerra.

O primeiro alerta de que a história não tinha acabado veio com a invasão da Geórgia pelos russos, em 2008, e o consequente reconhecimento de duas novas “repúblicas”, que se declararam independentes: Abecásia e Ossétia do Sul. A ascensão de Xi Jinping ao poder na China, em 2012, e o grande impulso estratégico que ele deu às suas forças armadas, que passaram por uma reorganização e rapidíssima modernização, também fizeram soar alarmes nos estrategistas ocidentais. O terceiro e decisivo alerta foi a anexação da Crimeia pelos russos e o apoio aos separatistas das regiões de Lugansk e Donetsk, na região do Donbas, no Leste da Ucrânia.

Os alertas ecoaram nos centros de estudos estratégicos dos principais países do Ocidente. Em 2017, os EUA lançaram o conceito de Operações em Múltiplos Domínios, já voltado para a guerra de alta intensidade em largas frentes. Em 2018, o país publicou sua estratégia militar, em que a “guerra ao terror” perdeu importância, e a nova prioridade passou a ser a competição entre Estados. O documento lista nominalmente os potenciais inimigos: China, Rússia, Irã e Coreia do Norte. À Rússia, o documento atribui ações de violação de fronteiras e a intimidação de países vizinhos.

Reino Unido e França, ambos em 2021, também lançaram revisões de seus documentos norteadores de Defesa. Os britânicos identificavam nominalmente a Rússia como sendo a maior ameaça à segurança europeia. O documento francês seguiu a mesma ideia.

³ A terrible love of War (Nova York, 2004).

Como se vê, a guerra russo-ucraniana estava anunciada nos documentos estratégicos das principais potências militares do Ocidente. Mas, por uma série de razões, as lideranças políticas não foram capazes de evitá-la. E a guerra veio. Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia invadiu o território ucraniano.

Quando a invasão começou, a expectativa era de que a campanha fosse rápida e ação militar russa decisiva e fulminante. Serviços de inteligência e analistas civis e militares especulavam que Kiev cairia em 96 horas. Afinal, tratava-se do embate entre a segunda maior potência militar do planeta, um exército experimentado pela atuação na Síria, na Líbia e em diversas ações em países de seu entorno estratégico, contra uma nação com poder militar absolutamente inferior em meios, pessoal, orçamento e equipamentos militares.

Mas, no momento em que escrevo, a guerra já está no sétimo mês, sem perspectiva de terminar. A tentativa inicial russa de um avanço em quatro frentes, uma delas direcionada diretamente a Kiev, fracassou, e o comando atacante foi obrigado a modificar seu planejamento, abandonando duas das quatro direções de ataque iniciais, as de Norte e Nordeste, e passando a investir com maior intensidade no Leste, para conquistar as províncias de Lugansk e Donetsk, e no Sul, para consolidar os avanços sobre as províncias de Kherson e Zaporzhzhya.

A resistência ucraniana que levou a guerra a durar muitíssimo mais do que o previsto por Putin e seus generais pode ser atribuída a uma série de fatores. Primeiramente, e mais importante, o elevado moral da tropa e da população, que entendeu a guerra como uma batalha pela própria sobrevivência de sua pátria e de seu modo de vida. E a força moral, como ensina Napoleão, está em relação às forças materiais, numa relação de 3 para 1 em importância.⁴

O presidente ucraniano Volodymyr Zelensky tem importância na construção dessa fortaleza moral. Comediante famoso em seu país, foi guindado à presidência sem



O planejamento inicial do ataque
Fonte: Reuters

antes ter passado por qualquer cargo político. Eleito em 2019 com mais de 70% dos votos, sua aprovação pelos ucranianos, no início de 2022, estava em torno de 30%. Mas, após o início do conflito, sua popularidade triplicou, passando de 90% de aprovação. Isso aconteceu porque Zelensky surpreendeu a todos fazendo basicamente o que se espera de um líder político nessas situações: galvanizou a vontade de lutar do povo ucraniano e angariou apoios internacionais fundamentais ao esforço de guerra de seu país.

Para efetivamente exercer a liderança, a pessoa deve reunir três qualidades fundamentais: proficiência profissional, ou seja, saber fazer o que deve ser feito no cargo que desempenha; senso moral, servindo de exemplo das virtudes morais esperadas dos liderados; e atitude, tomando as medidas adequadas, no tempo correto, em prol do atingimento dos objetivos almejados por toda a coletividade.

Zelensky soube exercer a presidência em tempos de guerra, até o momento, atendendo a esses requisitos. Mantendo-se no nível de decisão político/estratégico, delegou as decisões de nível operacional e tático aos generais ucranianos. Manteve-se na capital do país, Kiev, durante todo o tempo, mesmo na fase inicial da guerra, com a cidade sob ataque e quando se acreditava que as tropas russas conquistariam a capital rapidamente, demonstrando com isso coragem pessoal e empatia com a população.

Utilizando com maestria sua capacidade de comunicação, cultivada certamente pela profissão de ator, Zelensky passou a se dirigir diariamente à população, sempre com uma mensagem de otimismo e de união do povo ucraniano. Ao mesmo tempo, dirigiu-se à comunidade das nações, falando em inúmeros fóruns por videoconferência, conversando com os mais importantes chefes de Estado, inclusive recebendo muitos deles em Kiev. Soube assim aproveitar-se da boa vontade já existente em favor da Ucrânia no Ocidente para angariar apoios importantíssimos para o esforço de guerra ucraniano.

Assim chegamos a outro ponto fundamental para explicar a resiliência ucraniana no conflito até aqui: o massivo apoio em equipamentos e dinheiro vindos dos EUA e seus principais aliados. Somente os Estados Unidos forneceram, em dados de 16 de setembro de 2022,⁵ 16,2 bilhões de dólares em ajuda militar aos ucranianos. Isso inclui diversos sistemas de armas, como mísseis antiaéreos e anticarro, obuseiros, lançadores múltiplos de foguetes, radares, blindados leves, helicópteros, munições e explosivos, dentre outros equipamentos, além de apoio de inteligência e de treinamento de pessoal. Além dos EUA, cerca de 50 países também prestam assistência à Ucrânia, fornecendo ou se comprometendo a fornecer mais de US\$ 13 bilhões em assistência.

A Rússia, como se vê, enfrenta uma Ucrânia que recebe um grande reforço em meios, logo, com um poder de combate significativamente ampliado em relação ao que teria caso travasse a guerra isoladamente.

Incapaz de conquistar Kiev, o centro político de poder ucraniano, os russos con-

⁵ Veja o artigo - The Strengths And Weaknesses Of Napoleon Bonaparte History Essay <https://www.ukessays.com/essays/history/analyse-the-strengths-and-weaknesses-of-napoleon-bonaparte-history-essay.php#:~:text=He%20believed%20in%20the%20maxim,a%20way%20to%20gain%20the>

centraram-se em objetivos mais modestos, mas que, caso fossem dominados, poderiam constituir pelo menos uma vitória parcial, que pudesse ser oferecida à opinião pública do país e que desse condições mínimas para negociar uma paz com alguma vantagem.

Assim investiram nas duas províncias do Donbas: Lugansk e Donetsk. No momento em que escrevo, fins de setembro de 2022, Lugansk foi conquistada totalmente. Já em Donetsk, apenas parcialmente, os russos enfrentam uma contraofensiva ucraniana. No Sul, onde os ucranianos também contra-atacam, os russos dominaram parcialmente duas províncias: Zaporzhizhya e Kherson. Essa região forma uma ponte terrestre, ligando a península da Crimeia ao território russo e dominando inteiramente o Mar de Azov, o que a torna, sem dúvidas, uma região bastante importante do ponto de vista geoestratégico. No dia 30 de setembro, essas quatro províncias foram anexadas ao território russo, após referendos que não obtiveram reconhecimento da comunidade internacional, o que escala ainda mais, e de forma perigosa, as tensões.

A guerra, como já ensinava Clausewitz, é total. Logo, não é travada apenas no campo militar. A disputa é muito acentuada também no campo econômico, informacional, cibernético e jurídico, para citar apenas alguns.

No campo econômico merecem destaque as sanções econômicas duríssimas impostas pelos EUA e seus principais aliados contra a Rússia e alguns de seus cidadãos mais proeminentes de forma individual. Os russos, em resposta, cortaram o fornecimento de gás para a Europa, importantíssima fonte de produção energética, em especial para alguns dos mais relevantes países do continente, como Alemanha e Itália.

A guerra econômica causa enormes prejuízos e provoca uma onda inflacionária



As províncias anexadas
Fonte: AFP

em todo o mundo, mas com maior gravidade na Europa. Em um primeiro momento, parece que a guerra comercial tem prejudicado mais os europeus que os russos. Apesar dos embargos e das sanções econômicas, estes viram seus ganhos com a exportação de petróleo e energia para países que não aderiram às sanções, com destaque para a China e a Índia, aumentarem, em razão da alta dos preços dessas commodities.

Putin iniciou essa guerra – que insiste em chamar de Operação Militar Especial – usando como justificativas algumas razões de segurança. Ele alega que a OTAN paulatinamente passou a agregar Estados cada vez mais a Leste, inclusive todos os países que compunham o antigo Pacto de Varsóvia, aproximando-se cada vez mais das fronteiras russas e que uma eventual adesão da Ucrânia à aliança atlântica seria inadmissível, pois representaria insuportável ameaça à segurança do país.

Esses temores estão profundamente arraigados no pensamento estratégico russo, país que não possui fronteiras naturais com os europeus e que foi invadido diversas vezes em sua história, por poloneses, suecos, franceses e alemães.

Há, portanto, uma explicação histórica e geopolítica para a ação russa. Entretanto, é importante lembrar que as frontei-

⁵ Dados disponíveis em <https://www.state.gov/u-s-security-cooperation-with-ukraine/#:~:text=In%20FY%202021%2C%20Ukraine%20received,%2475%20million%20in%20lethal%20assistance>

ras ucranianas e russas são reconhecidas por toda a comunidade internacional, inclusive pelos russos, que se comprometeram por escrito, em 1994, no Memorando de Budapeste, a não usar ou ameaçar usar a coerção econômica ou seu poder militar contra a Ucrânia, em troca da entrega à Rússia das armas nucleares que tinha em seu poder, por tê-las herdado da antiga União Soviética.

Putin tenta conquistar, pela guerra, territórios de outro país soberano. É a primeira vez que isso acontece na Europa desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Para isso, emprega todos os recursos de poder da Rússia, uma potência nuclear.

De outro lado, a Ucrânia se defende resolutamente, apoiada pelos Estados Unidos e pela OTAN. Aliás, a guerra, em efeito certamente indesejado pelo presidente Putin, revigorou fortemente a OTAN, atraindo novos aliados, como Suécia e Finlândia e convencendo os governos europeus a investirem muito mais em seus aparatos de defesa.

Trata-se de uma crise gravíssima, cujo resultado, no campo militar, permanece incerto no momento em que escrevo este texto. No entanto, um fato é certo: o equilíbrio mundial e a ordem internacional serão decisivamente impactados pela invasão russa à Ucrânia.



Fonte: Adobe Stock / Web

Paulo Roberto da Silva Gomes Filho

Coronel de Cavalaria da Reserva do Exército, Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras, Mestre em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Especialista em História Militar pela Universidade do Sul de Santa Catarina e Mestre em Estudos de Defesa e Estratégia pela Universidade Nacional de Defesa da República Popular da China, onde morou. Foi instrutor dos cursos de Cavalaria da Academia Militar das Agulhas Negras, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. É Bacharel e licenciado em Educação Física pela Escola de Educação Física do Exército, especialista em Inteligência Militar pela Escola de Inteligência Militar do Exército e Direito Internacional dos Conflitos Armados pela Escola Superior de Guerra. Serviu em Unidades e Grande Unidades de sua Arma no Rio Grande do Sul e no Paraná. Comandou o 11º Regimento de Cavalaria Mecanizado em Ponta Porã-MS. Atualmente é analista do Centro de Estudos Estratégicos do Exército e dedica-se aos estudos de assuntos estratégicos e geopolíticos, e de liderança. Ministra cursos e palestras na área e mantém o Blog do Paulo Filho, além de um canal no Youtube, no qual se dedica ao tema.

FORTE ALFONSO XII

NAVARRA - ESPANHA



Jose Vicente Valdenebro Garcia

Arquiteto e Professor do Departamento de Engenharia da Universidade Pública de Navarra

Introdução

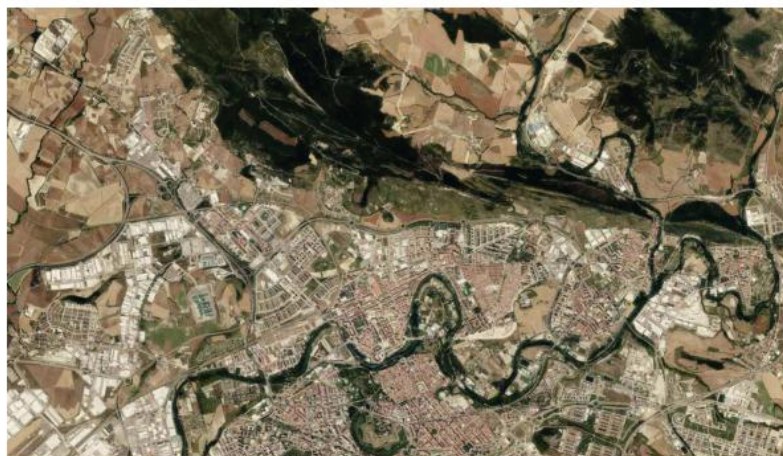
A fundação de Pamplona (42° 49' 6.2" N, 1° 38' 38.8" W) nos remete ao ano 74 a.C. Quando Pompeyo implantou seu acampamento no entorno da atual Catedral. Desde então, foi considerado como um enclave estratégico para dominar a rota vinda da França até o interior da Espanha, através dos Pirineus Ocidentais. Por esse motivo, salvo em alguns momentos especiais, sempre esteve fortificada. Ao longo da sua história, como fortaleza de primeira ordem, suas muralhas foram sendo aperfeiçoadas e adaptadas às novas táticas de guerra.

A transformação mais importante ocorreu durante o reinado de Felipe II, com a construção da cidadela pentagonal que, por conseguinte, obrigou a construção de duas novas frentes fortificadas para conectá-la às antigas muralhas da cidade. Em

julho de 1571, tiveram início as obras conforme o projeto de Giacomo Palearo "el Fratin", além do protagonismo também desempenhado pelo Capitão General Vespasiano Gonzaga, italiano de nascimento e notável engenheiro militar, que um ano mais tarde seria nomeado Vice-Rei de Navarra.

Durante quase dois séculos, até 1756, quando reinava Fernando VI, essas fortificações foram sendo aperfeiçoadas e modernizadas com novos fortes e defesas avançadas. Entre a segunda metade do século XVIII e o século XIX, continuaram sendo confeccionados projetos de modernização do conjunto de fortes, os quais não foram executados por motivos principalmente econômicos.

No final do século XVIII, uma comissão militar presidida pelo General Tomás de Morla y Pacheco levantou a defesa dos Pirineus por meio de diversos entrinchei-



Ortofoto do monte San Cristóbal (ao Norte) e cidade de Pamplona (ao Sul) com sua cidadela pentagonal e Forte



Vista do monte San Cristóbal, onde está localizado o Forte Alfonso XII, a partir da passarela do Forte de Pamplona

ramentos. Dentro do entrincheiramento de Pamplona propôs a construção de treze fortificações, munidas de artilharia, nas alturas que circundam a cidade, com a finalidade de defender o forte desde as posições mais externas. Entre elas, a mais importante foi o forte estabelecido no cume do monte San Cristóbal (também conhecido como o Monte Ezcaba). Entretanto, a invasão napoleônica interrompeu todas as ações, sendo temporariamente suspensa a proposta, sem que se começassem as obras.

A guerra contra a Convenção Francesa (1793-1795), a guerra de independência, quando Pamplona, ocupada por franceses sofreu um grande e penoso bloqueio e esteve a ponto de ser destruída pelos invasores em 1813, o cerco dos Cem

Mil Filhos de São Luís (1823) e o novo bloqueio por parte dos carlistas em 1874, foram experiências mais ou menos bem-sucedidas nas quais foram capazes de extrair lições quanto à defesa do Forte.

Os avanços da artilharia e das novas tecnologias de guerra evidenciaram, na Terceira Guerra Carlista (1872-1876), a ineficiência defensiva do antigo forte pamplo-nês. Os partidários do aspirante ao trono Carlos de Borbón submetem Pamplona a um duro bloqueio de 5 meses (27 de agosto de 1874 – 2 de fevereiro de 1875), uma vez que dominaram todas as alturas que circundam a cidade, especialmente o monte San Cristóbal. A partir desse monte (situado a menos de 5 km da cidade e da cidadela) bombardearam a capital durante vários dias de maio a outubro de 1875. Ainda que não tenha havido danos pessoais e que os efeitos tenham sido limitados a pequenos destroços, causaram um grande temor na

localidade. Esse bloqueio, ocorrido durante a última Guerra Carlista, destacou a importância estratégica do monte de San Cristóbal para a defesa de Pamplona e região.

Por esse motivo, ao final da guerra, a assembleia de Pamplona apresentou ao governo civil uma mensagem dirigida ao Rei solicitando aperfeiçoamentos na proteção da cidade. A petição foi ouvida e em 1877 foi tomada a decisão de construir um forte de grandes dimensões, assim como havia proposto a “Comissão Morla” alguns anos antes. Das treze fortificações incluídas na proposta, somente foi desenhada e construída a mais importante, localizada no cume do monte San Cristóbal (42° 51’ 21” N, 1° 39’ 59” W), dominando a cidade desde a frente Norte a uma altura de 895

metros, com desnível de quase 500 metros em relação à cidade de Pamplona.

A partir de 1878, teve início a construção do Forte de San Cristóbal, que materializaria as novas teorias de técnicas de fortificação. Foi projetada uma fortificação de caráter ofensivo, prevendo potentes posições de artilharia que conseguiram bater com eficácia a bacia de Pamplona, e também as posições que o inimigo poderia utilizar para atacar tanto a capital quanto o próprio forte. A obra deveria possuir robustez suficiente para resistir sozinha o maior tempo possível a um cerco e tornar-se um obstáculo que impediria ou retardaria o avanço do exército inimigo. Entretanto, nunca chegaria a ser empregada com fins bélicos.



Vista aérea do Forte Alfonso XII, com sua porta de entrada e obra avançada ao Leste em primeiro plano, 1962. [AMP, PaisajesEspañoles]

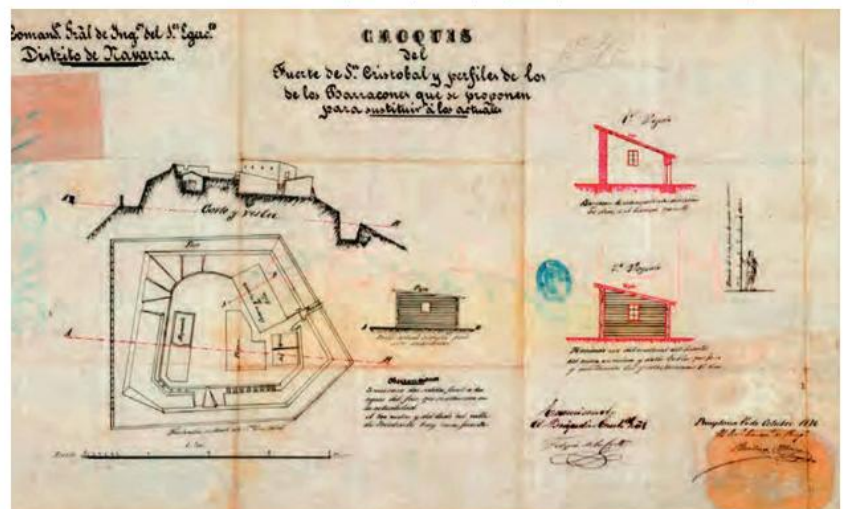
A Construção do Forte

Antecedentes históricos do monte San Cristóbal

No século XIII já existia uma construção defensiva no alto do monte. Em 1276, o poema do trovador Guillermo de Anelier relata que os franceses destruíram a cidade de Navarrería e, em seguida, atacaram a área localizada no cume do monte San Cristóbal, cujos moradores se defenderam bravamente durante um dia inteiro. Na noite que se seguiu, fugiram e a fortificação foi arrasada por completo no dia posterior. Também há documentos que confir-

mam a existência, em 1795, de uma antiga capela dedicada a San Cristóbal, que daria o nome ao monte. A mesma era rodeada por obras de fortificação, por um depósito de pólvora sobre a Artica na encosta Sul e por um entrincheiramento alicerçado no extremo noroeste do monte que foi construído durante a Guerra contra a Convenção Francesa (1793-1795), e que posteriormente seria utilizado e modernizado durante as Guerras Carlistas.

Croqui do Forte San Cristóbal (antigo forte carlista) e perfis do quartel que foi proposto para substituir o atual, 1876



Designação do Engenheiro Militar José de Luna y Orfila

Para a confecção do projeto, seu planejamento e direção das obras que se seguiriam, o Comandante José de Luna y Orfila (Argel, 4 de março de 1835 – Madri, 26 de fevereiro de 1907) se dirigiu a Pamplona, em 2 de outubro de 1877, com o objetivo de comandar o Corpo de Engenheiros. Com esse projeto, demonstraria ser um dos engenheiros mais distintos do seu tempo. Começou com os trabalhos de desenho e de construção da via que daria acesso ao forte. Como prêmio à sua “iniciativa, inteligência e zelo para vencer as dificuldades no estudo e construção da via que dava acesso ao alto do monte” foi promovido a Tenente-Coronel do Exército. Em 1881, foi aprovado o anteprojeto do Forte San Cristóbal.

O rei Alfonso XII visitou as obras no dia 7 de agosto de 1884, aproveitando uma estadia para descanso no Balneário de Betelu, a apenas 50 km de distância. Ficou tão impressionado que, em ato contínuo à visita, promoveu José de Luna ao posto de coronel. Nesse mesmo ano de 1884, por meio da Ordem Real de 23 de setembro, o rei delibera que a partir de então as fortificações que estão sendo executadas no monte San Cristóbal tenham o nome de “Forte Alfonso XII”.

Em 1895 foi promovido a General de Brigada e nomeado Comandante Geral dos Engenheiros do 4º Corpo de Exército e Chefe de seção no Ministério da Guerra. Consequentemente, se viu obrigado a deixar as obras, sendo substituído por Miguel Ortega Sala (Barcelona, 1848 - Madrid, s. XX) que empreendeu modificações na face Norte nas posições das baterias de morteiros e, também na face Leste. Ortega também foi promovido a general no ano de 1906, para ocupar o cargo de Diretor da Academia de Engenheiros do Exército.

Seria substituído pelo engenheiro comandante de Pamplona, o coronel Antonio Los Arcos y Miranda, que se limitou a continuar os trabalhos sem realizar nenhuma modificação.



Retrato do engenheiro José de Luna y Orfila

A aquisição dos terrenos

Em 1877 começou a aquisição dos terrenos necessários à construção da fortaleza para o Ministério da Guerra aos Municípios (Berriozar, Artica, Unzu, Cildoz, Orrio, Berriosuso, Ezcaba, Garrues y Aizoain) e aos terrenos privados afetados. Estes correspondiam às três áreas. A superfície de cima, onde se levanta a fortificação de 61,5 hectares, estão localizados na ladeira sul da serra, para possibilitar a construção da nova estrada saindo a partir de Artica; e um terreno com uma nascente de água na localidade de Berriozar para o abastecimento de água.

A construção da estrada de acesso

Para possibilitar o acesso de trabalhadores, materiais e outros recursos necessários para a obra por cima da serra, foi necessário habilitar uma estrada. Em 28 de janeiro de 1878 começou sua construção, sendo esta a data adotada como início da

construção da fortaleza apesar de o projeto ainda estar sendo elaborado.

O traçado da estrada atendeu tanto a um critério de acesso rápido como a critérios defensivos, de tal forma que ficou protegido ao longo de todo seu percurso pelo fogo de artilharia da fortaleza que não poderia ser enfileirado em toda a sua extensão dos lugares que o inimigo poderia ocupar e que suas sucessivas seções retas se protegiam mutuamente uns aos outros. Chama-se a “estrada dos setes” já que conta com 7 seções retas, 7 seções curvas, 7 metros de largura, 7% de inclinação, 7km de extensão e demorou 7 meses para ser construída.

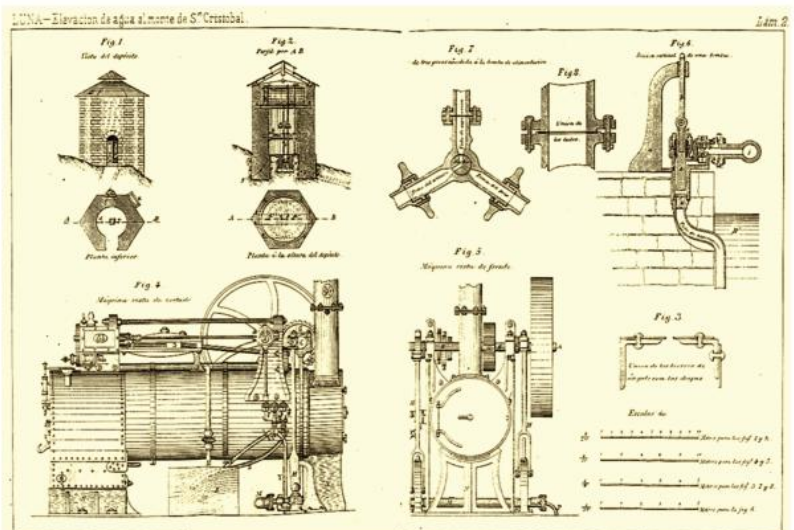
Para diminuir custos e tempo de construção, durante as obras foi construído um trilho e um bonde puxado por cavalos.

O abastecimento de água

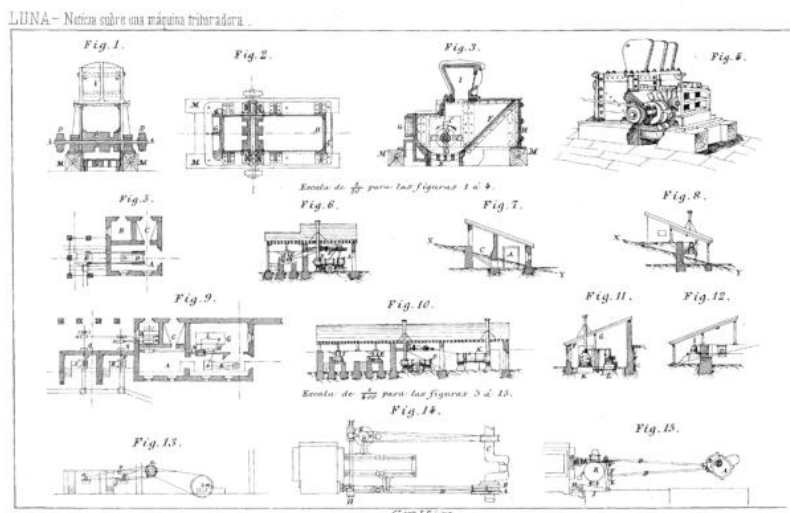
Da mesma maneira que foi prioritário facilitar o acesso, também foi prioritário obter água e esse abastecimento seria necessário tanto para as obras quanto para satisfazer as necessidades futuras dos habitantes da fortaleza. Para isso foi necessária a compra de um terreno que tivesse disponível uma nascente de água no município de Berriozar, dado que em toda a serra não existiam outras nascentes nem poços para conseguir a água. Nesse terreno foi construído um edifício onde foi instalado um motor a vapor que acionava duas bombas, as quais, através de um tubo de ferro fundido de 1528m de comprimento enterrado

a 1m de profundidade, elevou a água até o cume, superando um desnível de 425m, uma das maiores encostas superadas pelo bombeamento na Espanha à época. Era uma máquina semifixa que transportava todos os elementos para o seu funcionamento, para que em caso de necessidade pudesse ser transportada e que quando terminadas as obras pudessem ser vendidas ou utilizada em outra operação.

A água da nascente era armazenada num tanque construído num dos pontos mais altos da serra e que hoje se encontra em ruínas no interior da fortaleza. A partir daí, por gravidade, era distribuído para



Máquina e depósito para elevação de água ao monte de San Cristóbal. José de Luna y Orfila em Memorial dos Engenheiros do Exército, 1880



Informações sobre uma máquina trituradora instalada em Pamplona. José de Luna y Orfila em Memorial dos Engenheiros do Exército, 1885

as fossas das obras onde era necessária sua utilização e, posteriormente para os tanques e cisternas destinados a satisfazer as necessidades da guarnição do Forte.

O engenheiro Luna calculou a necessidade de 25.926m^3 , estimando um consumo de $29\text{m}^3/\text{dia}$ entre a água necessária para a fabricação de argamassa e concreto e o consumo dos operadores. Enquanto o cálculo previsto para levantar a água por meio de barris transportados por cavalos estava estimado em 3,12 l, este sistema baixou o custo para 0,10 l. Luna publicou em 1880 uma memória que reúne todos os seus estudos e mecanismos da nova máquina a vapor projetada para esse fim.

Também se levou até o cume uma linha telegráfica elétrica, que comunicava a fortaleza e a praça.

Execução das obras

A parte mais alta da serra configurou-se como um cume de granito e bordas de falésia, sem qualquer planalto, o que apresentou certas dificuldades na adaptação das obras projetadas a tal relevo acidentado. Para a sua construção foi necessária a realização de trabalhos de terraplenagem dispendiosos para criar os platôs artificiais sobre os quais assen-

tariam os diferentes edifícios projetados.

O engenheiro José de Luna teve uma grande visão para o uso eficiente dos materiais, pois com a rocha que extraiu da clareira do topo dispunha de material para a construção da nova infraestrutura sem a necessidade de pedreiras externas. Mesmo a rocha que não podia ser usada como alvenaria foi triturada para evitar custos de areia. Para isso, foi solicitada a compra de uma máquina trituradora, fabricada por L. Loizeau de Paris, por um valor de 8.800 francos. Com ele, conseguiu-se reduzir o preço do metro cúbico de areia no local de 13,50 pesetas para 7,50 pesetas. Mais tarde, uma segunda máquina seria comprada. A camada de solo superficial foi coletada para reutilização no aterro das obras.

As obras deram trabalho a um grande número de cidadãos, com bons salários para a época (1,25 pesetas para aprendizes, 1,50 pesetas para operários e 3 pesetas para pedreiros e funcionários da construção). A temporada de trabalho foi de meados de fevereiro a meados de dezembro para evitar os dias mais rigorosos de inverno no topo da serra. Além disso, se chovesse ou não fosse possível trabalhar por qualquer motivo, não havia cobrança, então a caminhada até o forte para os trabalhadores não



Trabalhos de construção do Forte Alfonso XII no monte San Cristóbal, 1900

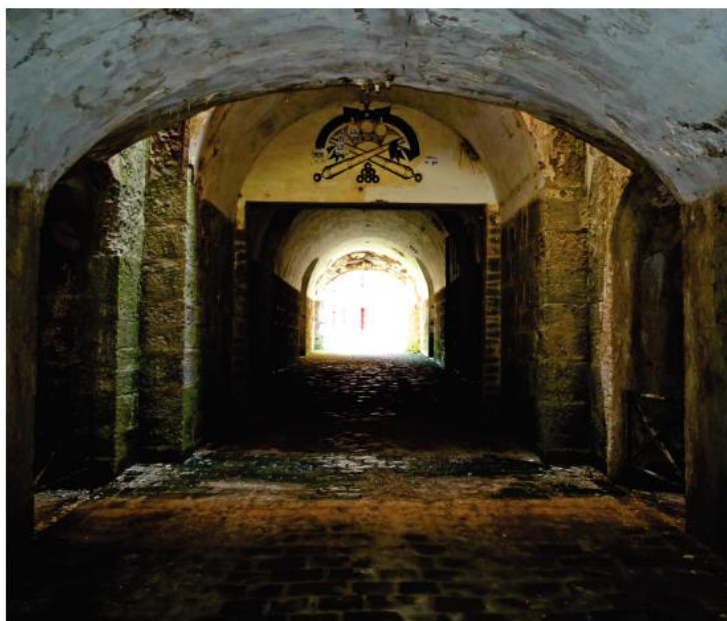
era recompensada. A jornada de trabalho era de 10 horas: começava às 6 da manhã e terminava às 6 da tarde, depois de ter parado 1 hora para El desayuno (das 8h30 às 9h30) e 1 hora para almuerzo (das 12h00 às 13h00). Para chegar ao trabalho no horário de início, era necessário sair de Pamplona por volta das 4h da manhã. O atraso implicava uma multa de um quarto de um dia de salário.

Para transportar os diferentes materiais até o cume, foram adquiridos 1600m de pista com suas respectivas plataformas giratórias, curvas, cruces, pontos e 79 vagões. A ferrovia de bitola estreita (0,50m de largura) custou 40.000 pesetas e começou a operar em julho de 1882. As carroças eram puxadas por cavalos, mas o sistema ferroviário permitia eliminar todas as carroças e carretas, inclusive os carrinhos com que os pedreiros utilizavam para transportar pedra e argamassa. O sistema ferroviário implementado era portátil do tipo Decauville. Posteriormente, uma vez instalada a retificadora para fabricação de agregados, foram adquiridos mais 450m de via e mais 8 vagões.

Duração das obras

É certo que a construção da estrada se iniciou em 28 de janeiro de 1878. No entanto, não é possível identificar uma data exata da conclusão das obras. Em parte, porque o Forte como uma construção militar necessitou se ajustar a cada nova situação tática criada pelos avanços da artilharia.

Em 5 de abril de 1918, o Capitão General da 5ª Região propôs aos responsáveis a suspensão por tempo indeterminado das obras que estavam em execução no Forte Alfonso XII. Seria realizada uma análise da conveniência já que parecia que a fortaleza já estava ficando obsoleta em



Túnel de acesso à Obra Principal do Forte

relação aos avanços observados na capacidade destrutiva da artilharia durante a Grande Guerra Europeia. Os tradicionais canhões de bronze, de cano liso e projétil redondo, deram espaço a canhões de aço, de cano raiado e projétil em forma de ogiva, dobrando seu alcance e sua capacidade de penetração nas paredes.

Apesar da obsolescência, e dado que 90% do investimento já estava executado, a Junta Facultativa de Engenheiros, em um estudo elaborado em 17 de março de 1917, decidiu que deveriam concluir as obras do Forte Alfonso XII com ajustes nos projetos aprovados. Em julho de 1917 uma comissão do Estado Maior Central do Exército visitou e estudou sobre o terreno as atuações, emitindo um informe no qual se indicava que o forte, como posição militar, seguia conservando a mesma importância que tinha 40 anos atrás. O estudo propôs a continuação das obras até concluir o que faltava, bem como a definição e a fabricação das peças de artilharia que deveriam ser instaladas.

Apesar disso, nunca chegou a ser equipado com canhões e morteiros modernos de artilharia e a partir de 1920 foi sendo modificado o seu uso: entre 1920 e 1929

foi empregado como um simples aquartelamento de tropas de artilharia chegando a abrigar uma guarnição de 1500 soldados; entre 1929 e 1934 como penitenciária militar; em 1934 o forte passou a ser subordinado ao Ministério de Graça e Justiça e foi convertido em Prisão Provincial até 1941, ano em que se converteu em Sanatório Penitenciário de Pamplona, recebendo presos com tuberculose; em 1946 voltou a ser subordinado ao Ministério da Defesa e, até 1986, se destinou como depósito de munições; entre 1986 e 1991 o exército manteve um posto de vigilância; e desde então vêm surgindo diferentes iniciativas para que seja dado um uso cultural e recreativo, mas nenhuma foi concretizada. O fato pelo qual é mais conhecido se deve à fuga de 795 presos, em 22 de maio de 1938, dos quais somente três conseguiram escapar e 207 perderam a vida na tentativa.

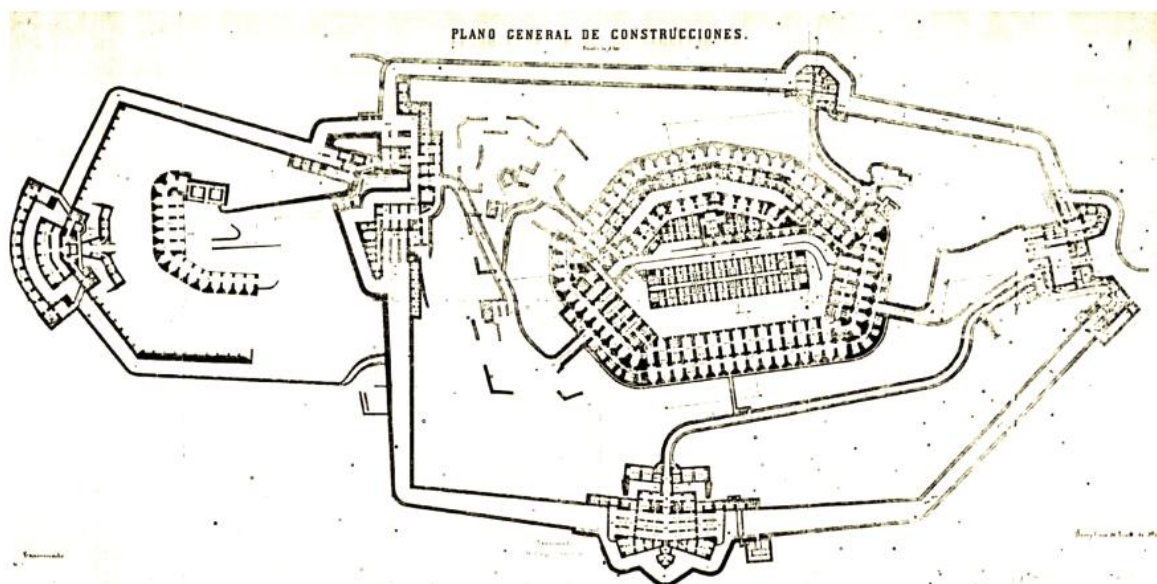
Descrição do Forte Alfonso XII

Como já foi mencionado, o desenho do novo forte deveria obedecer a três requisitos principais: ser suficientemente robusto para resistir aos ataques

da artilharia e infantaria inimigas e ter, ao mesmo tempo, grande capacidade de autodefesa, com capacidade de abrigar uma guarnição de 1.100 soldados e resistir a um possível cerco de quatro meses; impedir, mediante fogo de canhão, que o inimigo se aproxime e entre na Cuenca de Pamplona ou se instale nas imediações, abrigando o maior número possível de peças de artilharia; e ocupar o cume do monte San Cristóbal adaptando a construção ao terreno para que pudesse cumprir da melhor maneira possível os dois objetivos anteriores, evitando sua ocupação por tropas inimigas.

Tratando de cumprir esses objetivos, o engenheiro José de Luna y Orfila projetou um forte de traçado poligonal seguindo as diretrizes orientadas pelo ilustre engenheiro francês Marc-René de Montalembert. Trata-se de um forte entrincheirado, ou seja, construído abaixo do terreno e protegido por um fosso perimetral. Todas as estruturas do forte estão desenhadas para que fiquem camufladas com o contorno do monte, ocultas da visão pelo exterior.

A melhor maneira encontrada pelo engenheiro para se adaptar ao terreno acidentado foi ocupá-lo com três obras cons-



Plano Geral do Forte: Obra Avançada do Oeste (esquerda), Obra Principal (centro) e Obra Avançada do Leste (direita)

truídas em níveis distintos e interligadas: a Obra Avançada do Oeste ou Forte Velho, a Obra Avançada do Leste ou Quartel de Gola e a Obra Principal ou Reduto Central. Estas três obras se encontram protegidas por uma quarta, a Obra Baixa, formada por um fosso que as rodeia e esta, por sua vez, se encontra protegida por um corredor com galerias de fuzilaria. Para sua construção o topo do monte foi explodido de modo que houve um desmonte interior equivalente a seis andares de altura, que voltou a se levantar em forma de edificações e estruturas “a prova de bomba” recobertas de espessas camadas de terra, construindo-se mais de 125.000m² sobre os 62ha de terreno que havia sido expropriado para a fortaleza. O forte tem um comprimento de aproximadamente 610m e uma largura de 275m.

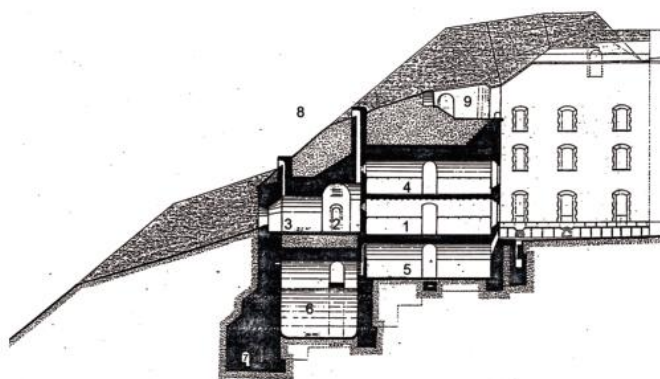
Tratava-se de um moderno forte de artilharia que conta com 90 casamatas para peças de ação exterior (77 canhões, 3 obuses e 10 morteiros) e 20 cúpulas para peças de flanco um pouco mais reduzidas.

Obra Avançada do Oeste ou Forte Velho

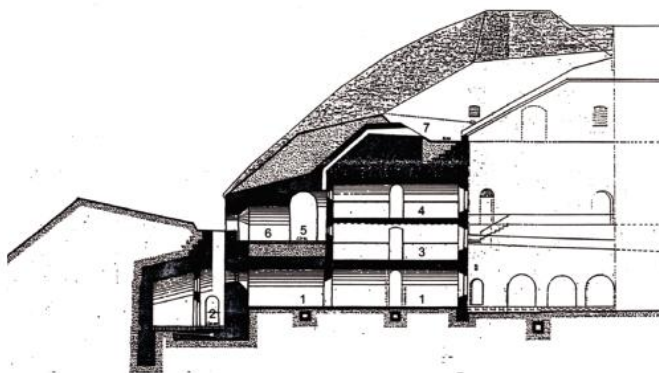
Localizada no extremo ocidental do monte, foi a primeira a ser executada. Para isso, foi necessário construir um platô realizando o nivelamento do terreno. Integra-se por duas partes distintas.

A primeira é o corpo de casamatas, a qual se situa no centro do platô e conta com 16 casamatas “tipo Haxo” para peças de artilharia de ação exterior, dois armazéns de munição (pólvora e cartuchos); e alojamento e escritório para

Plano da Obra Avançada do Oeste ou Forte Velho. 1. Casamatas para canhões [16 unid] de ação exterior; 2. Dormitórios; 3. Armazéns de efeitos de artilharia; 4. Túnel de descida à caponera oeste; 5. Galeria tipo Carnot para fuzilaria; 6. Fosso; 7. Casamatas para artilharia de flanco; 8. Galeria de escarpa para fuzilaria; 9. Galeria de contraescarpa para fuzilaria; 10. Passagem subterrânea de comunicação das galerias de fuzilaria de escarpa e contraescarpa; 11. Escada de acesso às passagens subterrâneas



Seção da Frente Sul. 1. Dormitórios (Planta Baixa); 2. Corredor à retaguarda das casamatas (Planta Baixa); 3. Casamatas (Planta Baixa); 4. Dormitórios (Primeira Planta); 5. Bomboneira (Sótão); 6. Cisternas (Sótão); 7. Galeria de sistema de esgoto; 8. Saídas das chaminés de evacuação de gases e fumaças das casamatas; 9. Saída à cobertura e ao caminho da ronda



Seção pela Frente Oeste. 1. Planta Baixa; 2. Corredor exterior; 3. Dormitórios (Primeira Planta); 4. Dormitórios (Segunda Planta); 5. Corredor à retaguarda das casamatas; 6. Casamatas (Primeira Planta); 7. Saídas das chaminés de evacuação de gases e fumaça das casamatas

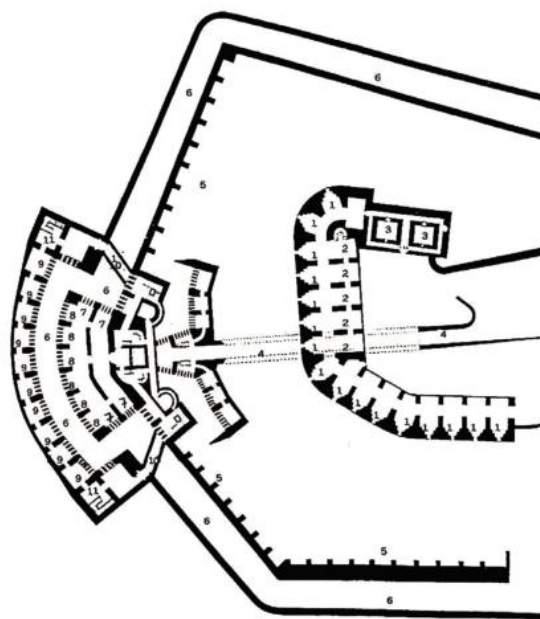




Imagem do rufo da Obra Avançada do Oeste

os 75 artilheiros da guarnição localizados no andar superior sobre o corredor de circulação existente na retaguarda das casamatas. O muro de gola (posterior) é formado por uma parede simples de tijolos para que, em caso de cair em mãos inimigas, possa ser demolido facilmente atacando-se pelo reduto central do forte.

A segunda é a caponera inferior, que se distribui em dois andares: o de baixo é formado por quatro casamatas para assentamento de outras tantas peças de flancos de fossos, localizados em lados opostos (dois para o norte e dois para o sul), galeria de tiro de fuzilaria que protege os flancos da caponera, e alojamento e serviços para a guarnição; o de cima é destinado a facilitar as comunicações entre o corpo de casamatas e o trajeto de ronda.

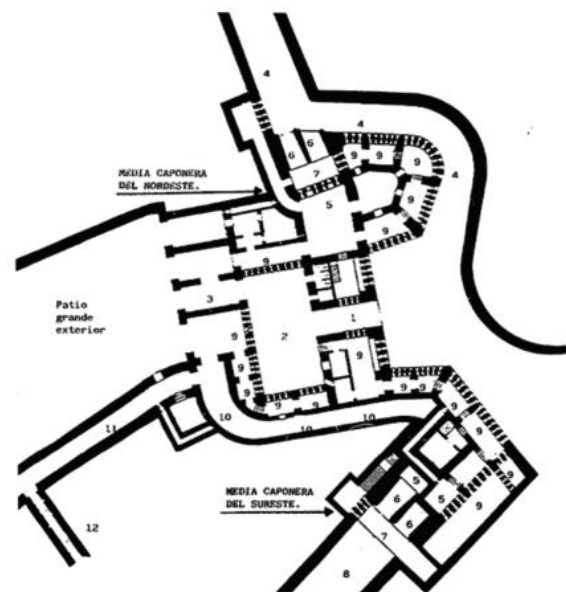
Em frente à galeria de tiro de fuzilaria e ao outro lado do fosso, no muro de contraescarpa foi construída outra galeria com a mesma finalidade, a qual possui em suas extremidades duas escadas que dão acesso a duas passagens subterrâneas que, por debaixo do fosso, a comunicam com a galeria de escarpa. Assim mesmo a galeria de contraescarpa conta com dois portões que dão acesso direto ao fosso e seu lado das escadas que facilitam o acesso ao caminho de ronda.

A caponera oeste é acessada através de um túnel de 75m de comprimento e 3,5m

de largura que começa na esplanada situada no rufo das casamatas, mantendo um desnível de 20m. Por ele seria arrastada a artilharia necessária na caponera.

Esta Obra Avançada do Oeste está separando o Reduto Central pelo fosso oeste desta última. Para facilitar a comunicação

entre ambas foi construído um caminho que, em linha reta e com a largura de 5m, parte do platô ou praça superior e leva ao fosso citado na zona nordeste da obra avançada do oeste denominada “colchete de união”, guardando este por meio de uma ponte elevadiça de madeira. Esta zona possui também duas meias caponeras e galerias de tiro para fuzilaria.



Plano da Obra Avançada do Leste ou Quartel de Gola. 1. Porta principal e túnel de acesso; 2. Primeiro pátio de acesso (pequeno); 3. Túnel de saída para o segundo pátio de acesso exterior (pátio grande); 4. Fosso Norte; 5. Casamatas para artilharia de flanco; 6. Túnel de colocação de armas; 7. Fosso pequeno; 8. Fosso Sul; 9. Galerias de tiro para fuzileiros; 10. Túnel de acesso ao meio da fortificação a Leste a partir das Obras Avançadas; 11. Túnel de acesso a fortificação Sul desde as Obras Avançadas; 12. Túnel de saída para o aterro exterior sul

Obra Avançada do Leste ou Quartel de Gola

Pela sua localização, é a de menor importância militar e não possui casamatas para peças de ação externa. Foi a última parte do forte a ser executada. Nela está localizado o portão principal de entrada do forte, de natureza monumental e de dimensões notáveis (3,50m de largura por 4,50m de altura). É uma porta de acesso em cotovelo, escondida e protegida pelo declive do fogo direto de artilharia, e ladeada por fortificações subterrâneas e seteiras para sua defesa. O portão carece de fosso ou qualquer outro tipo de obstáculo e dá lugar a um túnel de 11m de comprimento, que desemboca em um pátio interior, de planta retangular (20mx10m), completamente rodeado por seteiras para fusileiros.

Do extremo noroeste deste pátio parte um outro túnel, através do qual se pode acessar um segundo pátio, maior e exterior (para manobras). Ao fundo dele, na extremidade oposta, encontra-se o túnel de acesso à Obra Principal.

Em ambos os lados do portão principal e na cabeceira dos fossos são construídos



Porta principal de acesso ao Forte [@Valdenebro]

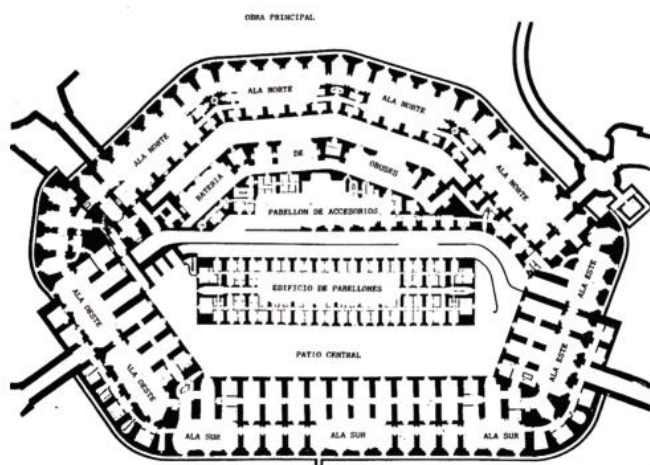
duas semi-fortificações (nordeste e sudeste) muito semelhantes e cada uma delas possui duas casamatas do tipo Haxo, além de depósitos de munição, galerias para tiro de fuzil e alojamentos e serviços para a guarnição.

A partir da zona oriental do segundo pátio, encontram-se dois túneis que facilitam o acesso à semi-fortificação a sudeste, que ladeia o fosso junto à porta de acesso principal, e a fortificação a sul.

Obra Principal ou Reduto Central

Verdadeiro coração do Forte, possui planta com a forma de octógono irregular. O seu acesso principal faz-se através da Obra Avançada do Leste ou Quartel de Gola, com a qual comunica através de um túnel que conduz a um grande pátio. Da mesma forma, comunica com a Obra Avançada do Oeste através de uma ponte levadiça protegida por duas semi-fortificações.

O lado mais longo desta obra corresponde à frente sul, a única parte do forte que é parcialmente visível desde Pamplona. Das suas extremidades partem duas outras alas, a Frente Oeste (que se divide em dois segmentos) e a Frente Leste, enquanto a Frente Norte está dividida em quatro



Plano da Obra Principal ou Reduto Central

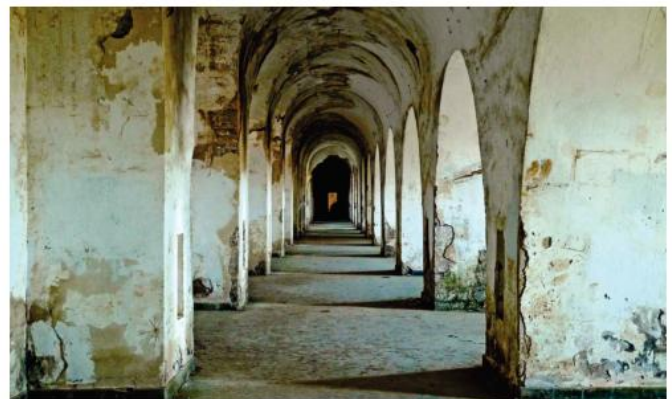


Vista aérea da Obra Principal ou Reduto Central, 2017 [@ismavision]

segmentos. Dentro deste octógono ficam incluídos dois edifícios destinados a Pavilhões e Acessórios, e também um pátio, o Central, localizado entre o primeiro dos edifícios e a Frente Sul. A Obra Principal constitui o núcleo ofensivo da fortaleza e, por isso, as suas frentes admitem o maior número de casamatas para artilharia de ação externa.

A Frente Sul conta com 16 casamatas. O seu piso térreo está situado no mesmo nível do Pátio Central, que se encontra na retaguarda desta frente, e com o qual está ligado por meio de dois grandes salões situados um em cada extremidade. Entre a galeria de circulação posterior e o Pátio Central existem alojamentos para 400 artilheiros em dois pisos (200 no piso térreo e outros 200 no primeiro piso). No subsolo estão os depósitos de suprimentos (com capacidade de 2.300m^3 , que recebem iluminação e ventilação natural do pátio) assim como as cisternas formadas por 16 poços com capacidade de armazenamento de 3.250m^3 . As cisternas tinham capacidade para recolher água da chuva e água do degelo, com um tratamento prévio de decantação e filtragem, para ter uma reserva em caso de cerco.

No que diz respeito ao saneamento, todas as dependências do Forte têm canalizações para recolher e evacuar as águas pluviais e também têm ralos e canalizações



Galeria de Casamatas da Frente Sul [@Valdenebro]



Passarela de acesso às cisternas [@Valdenebro]



Lavanderia [@Valdenebro]

para evacuar as águas das latrinas e serviços. Para evitar que estes últimos saiam no seu estado natural, são construídas várias “fossas septicas” nas quais estas águas fecais se decompõem e são purificadas anaerobicamente.

A Frente Leste tem 9 casamatas para canhão e um andar elevado em relação ao Pátio Central. Dispõe também de dois pisos superiores com alojamento para 120 homens. No piso térreo se encontra um ressuprimento de munição. Abaixo deste encontra-se a porta de acesso que comunica com o pátio de manobras, as latrinas e a cavalaria. Neste túnel estão os calabouços.

A Frente Oeste, muito semelhante à anterior, tem 9 casamatas para canhões e 3 para obuses. Dispõe também de dois pisos superiores de alojamentos para 120 homens.

A Frente Norte, articulada nos quatro lados, é a mais longa. Conta com 27 casamatas de canhão e alojamento para 192 homens. Seu piso térreo está localizado três andares acima do pátio central.

No interior deste octógono de artilharia estão localizadas outras duas construções: a primeira é o Edifício de Pavilhões. Trata-se de um grande bloco autônomo com planta retangular e três pavimentos que somam uma área aproximada de



Mina de saneamento e tubulação de abastecimento do Forte
[@Valdenebro]

3000m². A sua cobertura, tal como o restante das edificações do Forte, está formada por uma espessa camada de terra sobre abóbadas de concreto. Um amplo corredor longitudinal articula o edifício, dividindo as metades norte e sul. Nas extremidades deste corredor encontram-se as escadas de acesso aos pisos superiores.

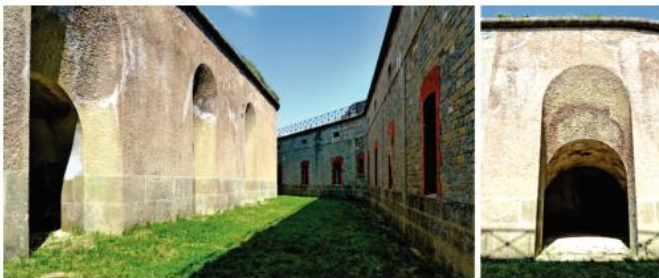
Os dois pisos inferiores admitem espaços para serviços gerais e o superior é de uso residencial. No andar térreo encontram-se a cantina, a sala de jantar, a biblioteca, a sala de visitas, a academia, chuveiros, sanitários e um lugar para a caldeira de aquecimento. No primeiro andar fica a enfermaria, a farmácia e a cozinha. O resto do edifício é



Corredor situado entre o Edifício de Pavilhões (esquerda) e o Edifício de Acessórios e Capela (direita) [@Valdenebro]



Fachada da capela, com o brasão de Alfonso XII [@Valdenebro]



Bateria de morteiros [@Valdenebro]

usado como alojamento para um Coronel; dois tenentes-coronéis; 4 Comandantes; 14 capitães; 38 subalternos e 100 soldados.

Entre a fachada posterior do Edifício dos Pavilhões e a Frente Norte encontra-se o Edifício de Acessórios. É composto por dois níveis. O inferior admite os serviços gerais, entre os quais se encontram o forno de padaria (e os armazéns de farinha e lenha) e o local para o grupo gerador elétrico (com os seus armazéns de carvão). Acima deles está a casa do Governador Geral do Forte e seus dois auxiliares, bem como as do capelão e do electricista. Entre estes alojamentos encontra-se a Capela, de planta em cruz grega, com portal de arco semicircular em cuja parte superior se encontra o brasão de Alfonso XII.

E nas extremidades, ligando-se às Frentes Leste e Oeste, existem dois Armazéns de Munições, com três salas cada um em que são armazenados projéteis e pólvora separadamente. Têm um piso falso de plata-

forma colocado a 50 cm do solo, de forma a criar uma câmara para evitar a humidade. Estão ligados aos andares superiores, cujas peças de artilharia devem abastecer por meio de elevadores ou empilhadeiras que funcionam com tração animal. Junto ao piso superior do Edifício de Acessórios, recuado a norte, encontra-se uma bateria de morteiros com 10 casamatas.

Obras inferiores: fossos e fortificações

Todo o perímetro do Forte está rodeado por amplos fossos que garantem a defesa imediata, passiva e externa do forte. A sua construção exigiu a remoção de grandes quantidades de terra e rocha, uma vez que são escavadas no terreno natural. Isto significava que as paredes escarpas e contraescarpas cobriam diretamente as paredes rochosas da montanha, tornando impossível que o atacante as rompesse. São fossos secos, largos e profundos que rodeiam o exterior de todas as estruturas da fortaleza.

Acima do muro de contraescarpas, é construído um caminho de patrulha para a infantaria, que é confortável devido à sua largura e perfeitamente desenhado por um parapeito de terra. A fim de comunicar, em caso de emergência, o caminho de patrulha e o fosso, foram construídas cinco escadas também conhecidas como “degraus do rato”, presas ao muro da contraescarpa: duas nas proximidades da Fortificação Sul, outras duas perto da Fortificação Oeste e a quinta nas proximidades da ponte levadiça que liga a obra principal ao Posto Avançado Oeste. Uma vez no fosso, a infantaria poderia entrar na fortaleza através de três túneis subterrâneos que atravessam debaixo do fosso e da escarpa.

A defesa dos fossos é confiada às fortificações (e galerias de fuzilaria), obras concebidas para flanquear, razão pela qual são

construídas no seu interior. As fortificações para artilharia de pequeno calibre são cobertas em abóbadas à prova de bombas para as proteger e mascarar. À sua frente, são construídos túneis largos, abobadados e inclinados para os ligar ao resto das obras do Forte e permitir o movimento de homens, armas e munições, sob a cobertura de miras e tiros inimigos. Para o perfeito cumprimento da sua missão defensiva, têm de ser independentes em termos de recursos humanos e materiais. Para o efeito, dispõem do alojamento necessário para os homens que os guarnecem e armazenam os alimentos, munições e artilharia.

A defesa dos fossos é completada com galerias com ameias para posições de fuzileiros, que são construídas tanto nas próprias fortificações como em todos os pontos e áreas do fosso que requerem proteção especial. A combinação destes dois elementos, as fortificações e as galerias de tiro, constituem um sistema de defesa tão bem estudado e combinado que nenhum ponto do fosso é deixado fora da mira de um atirador.

A Fortificação Sul é de grande singularidade e complexidade. É alcançada através de um túnel de 260m de comprimento que é acessado a partir da parte oriental do pátio de manobras exterior das Obras Avançadas do Leste. Salvo uma diferença de altura de aproximadamente 20m. Está equipado com 3 casamatas na frente e galerias de armas no seu flanco sul. As colocações de armas são protegidas dentro de um cofre com um reforço. Se necessário, este trabalho



Casamata Sul [@Valdenebro]

poderia ser separado do resto do complexo por meio de explosões predeterminadas.

Presente e Futuro do Forte

Tendo em vista a sua singularidade, o Forte foi declarado Patrimônio de Interesse Cultural com a categoria de Monumento pelo Decreto Real 1261/2001, do Ministério da Educação e Cultura, de 16 de novembro. Este é o mais alto nível de proteção patrimonial contemplado na Lei 16/1985, sobre o Patrimônio Histórico Espanhol, de 25 de junho.

Atualmente é propriedade do Ministério da Defesa do Governo espanhol. O trabalho de manutenção é realizado de maneira altruísta e voluntária pelo pessoal do Quartel de Aizoáin (o Regimento de Infantaria de Caçadores de Montanha “América 66”) e Oficinas de Emprego em Alvenaria e Jardinagem para Civis Social-

mente Excluídos. Do mesmo modo, em 2020, foi criada a Associação de Amigos do Forte Alfonso XII, sendo o seu primeiro presidente o Coronel Manuel Francisco Gambín, Chefe do Regimento de Caçadores de Montanha 66. Trata-se de uma associação civil que visa ajudar o exército espanhol a conservar, valorizar e divulgar esta obra extraordinária da arquitetura defensiva espanhola do século XIX, única no seu gênero e que foi a ponta de lança dos avanços tecnológicos da sua época.

Atualmente, o Forte é utilizado para sessões de instruções em situações extremas de baixa visibilidade por diferentes corpos de elite (exército, polícia, bombeiros), realizando missões noturnas simu-

ladas, nas quais passam pelas suas diferentes salas e túneis. Também tem sido utilizado como cenário para filmes. O exército organiza visitas para entidades sociais e para o público em geral que estejam interessados.

O Forte Alfonso XII no Monte San Cristóbal foi outrora a fortificação mais importante e tecnologicamente avançada do seu gênero na Espanha. Hoje continua sendo um exemplo excepcional do que foi a construção militar moderna, razão pela qual é necessário evitar a sua deterioração e recuperá-la completamente para chegar às gerações futuras como testemunho vivo do capítulo da história que viveu e da genialidade criativa do ser humano.

Agradecimento

Gostaria de expressar o meu especial agradecimento a Ángel Marrodán Vitoria, a pessoa que estudou o Forte com a maior profundidade e rigor, e quem, na atualidade, melhor conhece

todos os seus cantos, por tudo o que me ensinou e por ter despertado em mim um interesse especial por este monumento singular.

Referências Bibliográficas

Gambín, M.F. (2020), Associação de Amigos do Forte Alfonso XII. Proclamação do Século XXI nº 57. Pamplona.

Luna y Orfila, J. (1880), Memória sobre o abastecimento da água necessária para as obras do monte de San Cristóbal em Pamplona, por meio de uma máquina a vapor. Madrid: Imprensa do Memorial de Engenheiros.

Luna y Orfila, J. (1884), Obras do monte de San Cristóbal próximo a Pamplona. Madrid:

Imprensa do Memorial de Engenheiros.

Luna y Orfila, J. (1886), Noticia sobre una máquina trituradora instalada pelo Comando de Engenheiros de Pamplona. Madrid: Imprensa do Memorial de Engenheiros.

Marrodán, Á. (2014), O Forte de Alfonso XII no monte San Cristóbal de Pamplona. História de sua construção e vida militar. No Patrimônio Fortificado Pirenaico [s. XVI-XIX]. Pamplona: Câmara Municipal de Pamplona.

Jose Vicente Valdenebro Garcia

Arquiteto, Professor do Departamento de Engenharia da Universidade Pública de Navarra (Espanha), Membro do ICOMOS, Mestre de Edificação pela Universidade de Navarra e Diplomado em Direção Geral de Empresas pela IESE Business School. Foi Gerente Municipal do Município de Pamplona [2011-2015] e Diretor da Área de Projetos Estratégicos do Município de Pamplona [2003-2011] onde participou de forma ativa no desenvolvimento urbano da cidade e liderou importantes projetos de regeneração urbana e paisagística como o Plano Integral de recuperação dos Rios de Pamplona, a reurbanização do Centro Histórico e Segundo Ensanche da cidade, o Plano de Conservação e Promoção das Fortificações de Pamplona, o projeto internacional FORTIUS - Valorização turística e cultural do patrimônio fortificado de Pamplona e Bayonne.



Sede da FHE e da POUPEX
Brasília/DF

NOSSO PORTFÓLIO

- Empreendimentos residenciais
- Crédito imobiliário
- Consórcio
- Crédito pessoal
- Poupança POUPEX
- Seguros
- Plano odontológico

MISSÃO

Promover e facilitar o acesso à casa própria e contribuir para a melhoria da qualidade de vida de seus Beneficiários e Associados.



FHE **POUPEX**

poupex.com.br

